

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

LEONARDO RODRIGUES PORTO

**ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E CONFIGURAÇÃO DA REDE
URBANA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)**

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

2012

LEONARDO RODRIGUES PORTO

**ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E CONFIGURAÇÃO DA REDE
URBANA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)**

Trabalho de pesquisa monográfica apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

**ORIENTADOR:
Prof. Dr. Gildásio Santana Junior**

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

2012

P882a

Porto, Leonardo Rodrigues.

Acumulação do capital e configuração da rede urbana:
o caso de Vitória da Conquista (BA) / Leonardo Rodrigues
Porto, 2012.

75f.: il. (algumas col.)

Orientador (a): Gildásio Santana Junior.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória
da Conquista, 2011.

1. Rede urbana – Acumulação de capital – Vitória
da Conquista (BA). 2. Território de Identidade – Vitória
da Conquista (BA). 3. Planejamento urbano. I. Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia. II. Santana Junior, Gildásio.

III.T.

LEONARDO RODRIGUES PORTO

**ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E CONFIGURAÇÃO DA REDE
URBANA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 17/10/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gildásio Santana Jr.

Orientador (a)

Prof. Ms. Josias Alves de Jesus

Examinador (a)

Prof. Ms. Vinicius Correia Santos

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Após estes longos meses em torno da pesquisa monográfica, resolvi passear por minha produção acadêmica: avaliações, *emails*, resumos, resenhas e muitos outros textos. Percebi que nenhum deles, por si só, consegue sintetizar as experiências acumuladas. Em nenhum daqueles textos cabe o mundo que se descortina agora.

Mas, por julgar que o pensamento em construção daqueles primeiros rascunhos também forma o caráter e a personalidade, então eu agradeço profundamente aos colegas de curso, queridos amigos conquistados na universidade; aos ‘malungos’ do Labuta, companheiros em torno do ideal de renovação social; ao Centro Espírita Antônio Cruz e, ali, aos amigos eternos, companheiros de toda hora; aos professores, todos eles, compartilhando seu conhecimento e experiência; à sociedade como um todo, que ainda proporciona a formação superior por intermédio do ensino público; ao professor Gildásio, em suas orientações precisas e valiosas; à família, segurança e compreensão; ao meu pai, Genésio Porto, exemplo mais próximo de trabalho e perseverança.

A todos que me permitiram compartilhar estas experiências nesse período, muito obrigado. Que eu possa estar à altura de retribuir, em sua parcela devida, tudo o que me foi confiado.

Com votos de paz. Que Deus nos abençoe!

RESUMO

Os benefícios do desenvolvimento econômico e social capitalista não têm alcançado todos os indivíduos da sociedade, pois, em sua natureza intrínseca, existem limitações na distribuição igualitária de seu desenvolvimento. Isto se manifesta na composição e repartição do produto entre as classes sociais, como também no processo de formação dos diferentes lugares, constituindo o espaço da produção capitalista. De outro modo, a localização dos recursos econômicos e as atividades desempenhadas pelos diferentes lugares são também preponderantes para o desenvolvimento econômico. Logo, compreendendo as cidades modernas como local privilegiado para o processo de acumulação do capital, nesta pesquisa discute-se como a acumulação contribui na formação e diferenciação das cidades e na constituição de redes urbanas hierarquizadas. Para tanto, investigou-se a estrutura espacial que qualifica a interação da cidade de Vitória da Conquista (BA) com as cidades circunvizinhas, entre os anos de 2004 e 2010. Especificamente, este trabalho discute a produção teórica acerca da formação da rede urbana, da hierarquia entre as cidades e a relação desses processos com a acumulação do capital no espaço; a configuração da rede urbana da Bahia e seu processo de regionalização; e apresenta os principais fluxos e fixos econômicos que compõem o Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC). Para tanto, questionou-se como se constituem os elementos espaciais para o processo de acumulação do capital no TIVC, adotando como hipótese que o território de identidade tem na cidade de Vitória da Conquista a conformação do processo de acumulação em seu interior, onde a indução do Estado, bem como os elementos espaciais que o compõe (localização, oferta de serviços etc.), interfere em sua configuração espacial. Assim, elaborou-se um quadro analítico e teórico, por meio da revisão bibliográfica, sobre a formação da rede urbana e sua relação com a acumulação do capital, além da pesquisa documental e do levantamento de dados com base nas notas metodológicas da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), elaborada pelo IBGE em 2007. Os principais resultados evidenciaram a posição privilegiada de Vitória da Conquista no processo de acumulação do capital e circulação de riquezas em seu território, decorrente da oferta de comércio e serviços, instituições financeiras, saúde, educação, órgãos públicos e das ligações estabelecidas entre as cidades de seu entorno.

Palavras-chave: Acumulação do capital. Rede urbana. Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Território de Identidade de Vitória da Conquista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Maiores concentrações de serviços no Brasil, ano 2000	20
Figura 2 - Divisão do Brasil em capitanias hereditárias, século XVI	36
Figura 3 - Evolução da divisão administrativa da região de Vitória da Conquista, entre os séculos XVIII e XIX	37
Figura 4 - Divisão do estado da Bahia em Territórios de Identidade.....	41
Figura 5 - Localização do Território de Identidade de Vitória da Conquista (BA) no Brasil.....	42
Figura 6 - O Território de Identidade de Vitória da Conquista, a partir do desmembramento do município de Vitória da Conquista (BA).....	43
Figura 7 - Região de Influência de Vitória da Conquista no ano de 2007.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação da hierarquia urbana brasileira, segundo a REGIC/2007.....	27
Quadro 2 - Divisões regionais da Bahia.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de classes, percentual da diversidade e nível de centralidade do comércio e serviços nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, para o ano de 2007	53
Tabela 2 - Comparação do número de classes, percentual da diversidade e nível de centralidade de comércio e serviços de Vitória da Conquista com outros municípios do Brasil, para o ano de 2007.....	54
Tabela 3 - Oferta de serviços bancários e classes de hierarquia de bancos nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, para o ano de 2004.	56
Tabela 4 - Agências bancárias por município e dependência administrativa nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, para o ano de 2010	57
Tabela 5 - Número de tipos de cursos, grandes áreas de conhecimento e total de matrículas na graduação, nível de centralidade da graduação e da pós-graduação do município de Vitória da Conquista, para o ano de 2004.....	58
Tabela 6 - Número de candidatos ao vestibular, número de vagas ofertadas e quantidade de matrículas efetuadas no ensino superior em Vitória da Conquista, no ano de 2008.	59
Tabela 7 - Classe de complexidade no atendimento em saúde e volume de internação e nível de centralidade de saúde dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, no ano de 2007.....	60
Tabela 8 - Quantidade de hospitais conveniados com o SUS, segundo sua dependência administrativa, e quantidade de leitos disponíveis nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, no ano de 2010	61
Tabela 9 - Número de relacionamentos dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, expressos pelo destino das viagens, no ano de 2007	63
Tabela 10 - Número de viagens diárias e tempo gasto pelos moradores dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista com destino para Vitória da Conquista, no ano de 2007.....	64
Tabela 11 - Número de relacionamentos de saúde dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, no ano de 2007	66
Tabela 12 - Frequência de relacionamento dos municípios com destino para Vitória da Conquista (BA), em relação às compras, ensino superior e saúde, no ano de 2007	66

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP	Área de Concentração de População
AMS	Assistência Médico-Sanitária
BA	Bahia
BCB	Banco Central do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior
CEMPRE	Cadastro Central das Empresas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RN	Rio Grande do Norte
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SP	São Paulo
SRF	Secretaria da Receita Federal
SUB-ACP	Subárea de Concentração de População
SUS	Sistema Único de Saúde
TIVC	Território de Identidade de Vitória da Conquista
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REDE URBANA, HIERARQUIA ENTRE CIDADES E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	17
1.1 A formação da rede urbana.....	17
1.2 A Teoria das Localidades Centrais	21
1.3 Os fixos e os fluxos econômicos	23
1.4 Regiões de Influência das Cidades (REGIC)	25
1.5 O processo de acumulação em sua dimensão espacial	28
2 A REDE URBANA DA BAHIA, O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E A ARTICULAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA COMO CAPITAL REGIONAL ...	32
2.1 Rede de cidades na Bahia.....	32
2.2 O território e o processo de regionalização na Bahia.....	34
2.3 O Território de Identidade de Vitória da Conquista	41
2.4 A acumulação do capital na conformação de Vitória da Conquista como Capital Regional	44
2.4.1 A região de influência de Vitória da Conquista	48
3 CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	51
3.1 A REGIC e o Território de Identidade de Vitória da Conquista.....	51
3.2 Configuração espacial do Território de Identidade de Vitória da Conquista	52
3.2.1 Comércio e serviços	52
3.2.2 Instituições financeiras.....	55
3.2.3 Ensino superior	58
3.2.4 Saúde	59
3.2.5 Órgãos públicos.....	62
3.3 Principais ligações entre os municípios	63
3.3.1 Transportes.....	63
3.3.2 Compras, Educação e Saúde	65
CONSIDERAÇÕES	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXO.....	74

INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva democrática, os benefícios do desenvolvimento econômico e social deveriam alcançar todos os indivíduos, todavia a natureza intrínseca ao capitalismo demonstra as suas limitações em garantir a distribuição mais igualitária desse desenvolvimento. Isto se manifesta, sobretudo, na composição e repartição do produto entre as classes sociais, e também no processo de formação dos diferentes lugares, que constituem o espaço da produção capitalista.

Dessa maneira, o conhecimento da localização dos recursos econômicos é fator que não deve ser dispensado na compreensão do desenvolvimento sob o capitalismo, como também não pode ser dispensada a investigação dos recursos e das atividades desempenhadas por cada cidade nesse contexto. Logo, compreendendo as cidades como local privilegiado da acumulação do capital, nesta pesquisa discute-se como o processo de acumulação contribui na formação e diferenciação das cidades e na constituição de redes urbanas hierarquizadas.

Para tanto, buscou-se investigar a estrutura espacial que qualifica a cidade de Vitória da Conquista (BA) em sua interação com as cidades circunvizinhas, compreendendo o período entre os anos de 2004 e 2010, em um espaço territorial com caráter de pertencimento, denominada pela Secretaria do Planejamento do estado da Bahia (SEPLAN) por Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC).

Especificamente, buscou-se discutir a produção teórica acerca da formação da rede urbana, da hierarquia entre as cidades e a relação desses processos com a acumulação do capital no espaço; discutir a configuração da rede urbana da Bahia e seu processo de regionalização; e, por fim, apresentar os principais fluxos e fixos econômicos que compõem o TIVC.

Este trabalho se justifica pelo esforço em perceber o movimento espacial do capital sobre um território específico, possibilitando compreender a importância econômica e social que cada cidade desempenha em seu contexto regional. Além disso, busca-se contribuir com a produção teórica na área da economia regional, através de uma leitura crítica a respeito da configuração espacial da acumulação do capital. Salienta-se a relevância do objeto, como importante unidade de análise, e, também, a viabilidade de realização de sua pesquisa, que se insere no contexto regional da própria Universidade, além de estar no âmbito das disciplinas estudadas pelo autor no decorrer do curso de Economia.

Portanto, diante da possibilidade de serem analisadas as funções desempenhadas por cada centro urbano (hierarquização) e, desta maneira, identificar os bens e serviços

disponibilizados pelas cidades, verificando os elementos que a compõem, indagou-se, a princípio, como relacionar a atividade produtiva com o espaço, no esforço de compreender os mecanismos que formam uma rede urbana hierarquizada, com os seus fixos e os fluxos econômicos.

Sob estes aspectos, a Ciência Econômica, sendo uma das disciplinas que mais se preocupam com o problema do espaço atualmente, teve com a hegemonia da teoria neoclássica, a negligência da variável espacial em suas análises por muito tempo e, em alguns casos, isto ainda acontece nos dias de hoje.

Para a teoria econômica tradicional, a localização dos recursos era tida como um fator dado e, portanto, não passível de teorização. De igual modo, considerava-se a localização das pessoas e de algumas atividades por quaisquer outras razões que não fossem econômicas. Portanto, a aceitação da análise marginalista da economia determinou, por muito tempo, o adiamento no tratamento do espaço pela ciência econômica (LOPES, 2001).

De acordo com Lopes (2001), as variáveis são normalmente fixas e ao deslocarem-se, fazem para grandes distâncias, havendo, portanto, uma série de descontinuidades na dimensão espacial, que a teoria neoclássica não comporta. Dessa maneira, são muitos os elementos que a economia tradicional negligencia a esse respeito, tais como as diferenças espaciais nos custos, nos salários, nos rendimentos e nos preços.

Aliás, são esses elementos que demonstram a diferenciação entre os diversos lugares, dos quais o processo de expansão do capital produz um cenário marcado por profundas desigualdades. E é neste sentido que se compreende a formação espacial do Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC), aqui selecionado tão somente como um recorte geográfico, no qual a lógica que determina a localização dos recursos de saúde, educação, instituições financeira etc., é fundamental para o processo de acumulação do capital.

A crítica de Lipietz (1988) para a dimensão espacial do capital é bastante elucidativa das limitações dessa análise. Conforme este autor, a organização do espaço tem sido uma prática social com uma teoria por fazer. Para ele, a impossibilidade do domínio do espaço pelos mecanismos de mercado constitui um desafio às doutrinas liberais, fundadas no automatismo e racionalidade das leis da economia.

Também para Harvey (2005), por exemplo, a economia neoclássica teria abandonado toda consideração séria a respeito do espaço. Pelo princípio do livre-mercado, os economistas tomaram por hipótese a inexistência de barreiras à mobilidade espacial do capital e do trabalho. A solução dos neoclássicos aos problemas econômicos foi a retirada da questão espacial de suas análises, simplificando por demais a explicação dos fenômenos.

Da mesma maneira, Lopes (2001) argumenta que a teoria econômica tradicional não só ignorou a dimensão espacial, como a escamoteou. Isto porque a análise econômica sempre se referiu a um mundo estático, isto é, sem dimensões. Aos poucos se começou a tratar com relativa importância o fator tempo, ocasionados pela preocupação com o crescimento e a estabilização da economia. Enquanto isso, as variáveis de localização sempre foram consideradas como dadas, ou, que não eram de ordem econômica.

Dentro da teoria marxista, a dimensão espacial da acumulação também foi ignorada, devido ao aspecto fragmentado com que Marx abordou esta questão da acumulação. Todavia, reconhece-se que o autor não deixou de tratar do contexto geográfico com que se dá a acumulação de capital. Para Marx, é possível associar o processo geral de crescimento econômico com as relações espaciais que lhe são oriundas (HARVEY, 2005).

Em sua teoria, o processo de acumulação capitalista provoca crises periódicas sob o processo de crescimento econômico, cujos efeitos vinculam-se à expansão da capacidade produtiva e renovação das condições de acumulação. De acordo com Harvey (2005), isto possibilita o aumento da produtividade e diminuição do custo da mão de obra via aprimoramento do maquinário; atração do excedente de capital a novas linhas de produção; e, expansão da demanda efetiva por produtos, esvaziando o mercado de todos os bens já produzidos.

Ainda conforme Harvey (2005), este novo nível da demanda efetiva elabora-se por quatro elementos sobrepostos: a) a penetração do capital em novas esferas de atividades; b) a criação de novos desejos e novas necessidades; c) o estímulo ao crescimento demográfico; e, d) a expansão geográfica para novas regiões. Este último item, em especial, suscita a questão da organização espacial e expansão geográfica, enquanto os três primeiros remetem à intensificação da atividade social em uma estrutura espacial específica.

Portanto, a localização dos recursos é também determinante do padrão de crescimento da economia. Os limites teóricos para esta negligência com o espaço se mostraram no confronto com a realidade da intervenção estatal, dados pelo nacionalismo e pelas fronteiras políticas – que são, em muitos casos, fronteiras econômicas, mas também pela ação planejada do Estado no sentido de direcionamento dos recursos econômicos.

Nesta perspectiva, destaca-se o problema de como caracterizar a cidade de Vitória da Conquista em relação ao papel que desempenha em sua região, isto é, como se processa a acumulação do capital no contexto do TIVC. Aqui, compreende-se a acumulação como o processo pelo qual, em determinadas condições da sociedade, a produção dos bens e serviços (mercadorias) é direcionada para a obtenção de lucros através da apropriação do excedente

produtivo (extração de mais valia) para posterior reinvestimento, retomando o processo continuamente. O capital se valoriza quando obtém no mercado um valor maior do que o investimento realizado pelo capitalista ($D - M \dots P \dots M' - D'$)¹.

Em termos estritos, esse excedente é criado no processo produtivo pelo trabalho não pago aos trabalhadores. No entanto, o regime de acumulação se completa com a circulação das mercadorias via apropriação da mais valia criada em outros setores.

Através dessa percepção, é possível refletir sobre o caráter desigual do desenvolvimento econômico, que não se dá de modo equilibrado como prediz a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller. Logo, para um estudo bem estruturado dessas questões, em vez de se partir de leis gerais sobre os fundamentos do desenvolvimento desigual, convém partir de uma situação concreta da diferenciação entre as cidades e/ou regiões. Em outras palavras, o caráter desigual da acumulação ganha características diferenciadas em virtude dos diferentes sujeitos, interesses, conflitos etc., que compõem os diversos lugares.

Neste sentido, compreende-se que, mesmo em seu processo de expansão, as riquezas tendem a se acumular em porções muito pequenas do território, promovendo um processo de desenvolvimento desigual entre os diferentes lugares. Portanto, nesse contexto territorial, algumas cidades desempenham papéis fundamentais, e de igual modo, as demais cidades cumprem outros papéis específicos, no qual, para esta pesquisa, buscou-se responder, principalmente, à seguinte questão: Como se constituem os elementos espaciais para o processo de acumulação do capital no Território de Identidade de Vitória da Conquista, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2010?

Por tudo o que já foi exposto, adotou-se a hipótese de que o TIVC tem na cidade de Vitória da Conquista a conformação do processo de acumulação de riquezas em seu interior, onde a indução do Estado, bem como os elementos espaciais que o compõe (localização, oferta de serviços etc.), interfere na configuração espacial do território.

Partiu-se, portanto, do pressuposto de que esta cidade centraliza um número muito maior de municípios do que o TIVC, em razão das funções desempenhadas por ela em seu contexto regional. Todavia, convém analisar o papel que as demais cidades desempenham nesta rede urbana, como forma de compreender a lógica que determina a circulação das riquezas nesse espaço. E, portanto, perceber a forma pela qual são decididos os investimentos privados e a localização dos recursos públicos, configurando o território enquanto tal.

¹ O formato $D - M \dots P \dots M' - D'$ representa o esquema de reprodução do capital no pensamento marxista, em que D = dinheiro e M = mercadoria. A forma $D - M$ corresponde à inversão de dinheiro inicial na aquisição de matéria prima, força de trabalho e máquinas, P é o processo de transformação da mercadoria, e $M' - D'$ é a mercadoria transformada que obtém um valor maior do que o capital inicial, quando realizada no mercado.

Desta maneira, elaborou-se um quadro analítico a respeito das questões levantadas na problemática, na hipótese e no objeto investigado. Ou seja, discutiu-se a formação da rede urbana, na percepção de autores como Lopes (2001), Porto (2003) e Ferreira (2008), entre outros; bem como a formulação teórica que explique este fenômeno, representado inicialmente, pela teoria dos lugares centrais, e a proposição de que esse quadro se completa pelo reconhecimento dos fixos e dos fluxos que compõem o território.

Por fluxos econômicos, compreende-se a movimentação de mercadorias, capitais e pessoas oriundas do processo de produção e circulação capitalista. Enquanto os fixos são os componentes econômicos, sociais, culturais e religiosos, tais como, agências bancárias, fábricas, escolas, órgãos públicos etc., que viabilizam os fluxos econômicos. Buscou-se, com isto, identificar os bens e serviços disponibilizados por cada cidade, bem como a sua abrangência e os elementos que as compõe.

Nesse contexto, evidenciaram-se também as notas metodológicas da pesquisa intitulada Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e alguns estudos sobre a rede urbana da Bahia. Além dessa revisão bibliográfica, realizou-se o levantamento de dados a respeito do TIVC, tendo como principal recurso, as informações contidas na REGIC.

Em seguida, retomou-se à discussão teórica, relacionando, de maneira dialética, os principais pressupostos teóricos com a situação concreta em análise, demonstrada pela pesquisa empírica. Este método permitiu acrescentar novos elementos ao entendimento da formação da rede urbana e do processo de crescimento desigual entre as cidades. Para tanto, as análises de Lipietz (1988) e Harvey (2005), sobre as dimensões espaciais do modo de produção capitalista, foram fundamentais.

Este procedimento procurou reproduzir o método de Marx (1982), cuja análise parte das condições materiais de existência dos indivíduos, ao invés de uma representação prévia da sociedade. Essa pressuposição dos fenômenos econômicos seria mera abstração, ou representação ‘caótica’ do real. Fez-se necessário compreender os elementos concretos que determinam a forma como os indivíduos percebem o fenômeno, para daí identificar suas múltiplas determinações, que ele chama de ‘concreto pensado’.

Além desta introdução, o trabalho se divide em outras quatro partes. Três capítulos que desenvolvem o problema e buscam dar respostas à questão levantada no que se refere à situação concreta do TIVC; e as considerações finais, que tem por mérito refletir sobre os possíveis caminhos para um processo de desenvolvimento espacialmente mais igualitário.

O primeiro capítulo apresenta a produção teórica acerca da rede urbana, da formação dos fluxos nessas redes e as notas metodológicas para análise de um território hierarquizado, além de discutir como estes elementos se relacionam com o processo da acumulação do capital no espaço. No segundo capítulo, discutiram-se as principais características da rede urbana da Bahia e seu processo de regionalização, com ênfase especial aos territórios de identidade, além de discutir a constituição de Vitória da Conquista como Capital Regional. Por fim, no terceiro capítulo foram assinaladas algumas questões empíricas, apresentando os principais fluxos que compõem o TIVC, e os seus respectivos fluxos, com base nos dados e metodologia da REGIC, o que demonstrou a centralidade exercida por Vitória da Conquista em seu território.

1 REDE URBANA, HIERARQUIA ENTRE CIDADES E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Neste capítulo, discute-se a produção teórica acerca da rede urbana e da formação dos fluxos nessas redes, atentando-se às notas metodológicas para análise de um território hierarquizado e sua relação com o processo de acumulação no espaço. O seu objetivo foi identificar os elementos que qualificam uma rede hierarquizada de cidades, de forma a constituir um quadro analítico e teórico para o processo de levantamento de dados referente ao objeto de estudo. Escolheu-se tal ponto de partida porque representa a forma pela qual os sujeitos percebem este fenômeno.

1.1 A formação da rede urbana

As cidades são lugares privilegiados do processo de produção, distribuição e circulação das riquezas na atualidade, isto é, sua existência e funcionalidade relacionam-se com a natureza da dinâmica econômica capitalista. David Harvey (2004, *apud* FERREIRA, 2008, p. 539), por exemplo, trata as cidades modernas como “empresas que incorporam processos, diversificações e especializações (divisão do trabalho, de funções, estilos de vida e valores)”, construídos no espaço e com ritmos diferenciados.

Na sociedade capitalista, as cidades exercem papéis significativos como espaços de sociabilidade e *locus* de aglomeração de atividades fundamentais para rebaixar custos de produção e de circulação de mercadorias (PORTO, 2003, p. 11).

A primeira reflexão que se faça a respeito da existência das cidades deve-se considerar que estas não são produto exclusivo do capitalismo. Todavia, o modo de produção vigente possibilitou um novo posicionamento na reorganização do espaço produtivo, facultando à cidade um novo e maior significado (FERREIRA, 2008). Em sua configuração moderna, tornou-se imprescindível a formação de redes de cidades, nas quais, segundo Faissol (1978), as estruturas urbanas mantêm relações umas com as outras e com a população ao seu redor.

De acordo com Lopes (2001), a rede urbana se forma pela diferenciação dos elementos que compõem as cidades. Por sua dinamicidade e forma de organização, os núcleos urbanos constituem os pontos de concentração (centros ou polos) que promovem o funcionamento de uma rede de apoio entre as regiões. Desse modo,

A rede urbana aparece organizada no sentido de que vale pelos seus elementos e pela natureza das relações que entre eles se estabelecem; por

esta via assume as características de um sistema que não é autônomo, porque a importância de um qualquer dos seus elementos – um centro – fica sempre na dependência da área que apoia e sobre que se apoia, isto é, fica na dependência da região que o envolve (LOPES, 2001, p.89).

Assim, suscita-se a discussão de como esse centro interage com a região na qual está inserido, uma vez que a rede urbana é uma produção social expressa pelo movimento da própria sociedade que a produz. E dessa maneira,

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 2006, p. 27).

Segundo Porto (2003), elas trazem em seu interior relações hierárquicas, que se moldam conforme a necessidade de aglomeração de algumas atividades humanas. Por outro lado, Ferreira (2008) sugere que, embora as cidades estabeleçam relações hierárquicas, não se limitam apenas a elas, participando de determinada rede urbana e também em outras, com representatividades diferentes.

Nota-se, portanto, que se trata aqui de buscar compreender a definição da organização social do espaço em uma estrutura de rede hierarquizada. Ferreira (2008), por exemplo, compreende as redes urbanas por sua fundamentação na produção e circulação do capital em rede, vinculados à presença de centros financeiros e de unidades locais empresariais. Logo, seria através da rede urbana que se identificariam os processos de criação, apropriação e circulação do valor excedente.

Mas, qual o papel que cada cidade exerce nesse processo produtivo, uma vez que desempenham funções diferenciadas e, portanto, participam de modo diferente da apropriação das riquezas?

No caso do Brasil, a percepção de uma rede hierarquizada de cidades se desponta ante a sua característica de 43% de seus municípios possuírem até 5 mil habitantes. Assim, o conjunto de cidades com população até 100 mil habitantes não representa 2,4% da população do país (FERREIRA, 2008). Ao considerar as suas 12 maiores cidades, que fazem parte do primeiro nível da rede urbana brasileira², percebe-se que 19,3% da população do país concentram-se nesses grandes centros urbanos, que também são responsáveis por 30,6% de

² São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Manaus (AM), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Goiânia (GO).

toda a riqueza gerada no ano de 2009. Essa estrutura possibilitou o surgimento de cidades médias que desempenham funções importantes na rede urbana brasileira.

De acordo com Santos e Silveira (2001), as cidades médias funcionam como entrepostos, produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno. Ainda segundo estes autores, os fatores que levam ao aumento destas cidades, no Brasil, vinculam-se às novas solicitações de consumo, tanto das famílias quanto do governo.

Para que se tenha uma ideia, o número de cidades médias no Brasil, isto é, entre 100 mil e 500 mil habitantes³, subiu de 56 para 173 cidades, entre a década de 1970 e os anos 2000, resultado de uma intensificação do fluxo produtivo entre as mesmas, constituindo em um novo arranjo da rede urbana. Todavia, Ferreira (2008, p. 536) ressalta que estas relações em rede e a “configuração dos arranjos produtivos não acontecem na mesma intensidade entre as mesorregiões brasileiras”. As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da hierarquia urbana brasileira comprovam esse pensamento:

A definição dos níveis hierárquicos é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada – com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares – e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários (IBGE, 2008, s/p).

Sob outro aspecto, a análise da localização dos serviços no Brasil, realizada por Ruiz (2006, p. 4), permite perceber essa estruturação, pois, segundo o autor, os serviços são “um determinante fundamental da hierarquia regional e da rede de cidades”. Ruiz (2006) constata que há a concentração espacial dos serviços na Região Sudeste do país e em áreas metropolitanas. Sua metodologia analisa tanto a concentração territorial dos serviços, quanto o seu valor agregado.

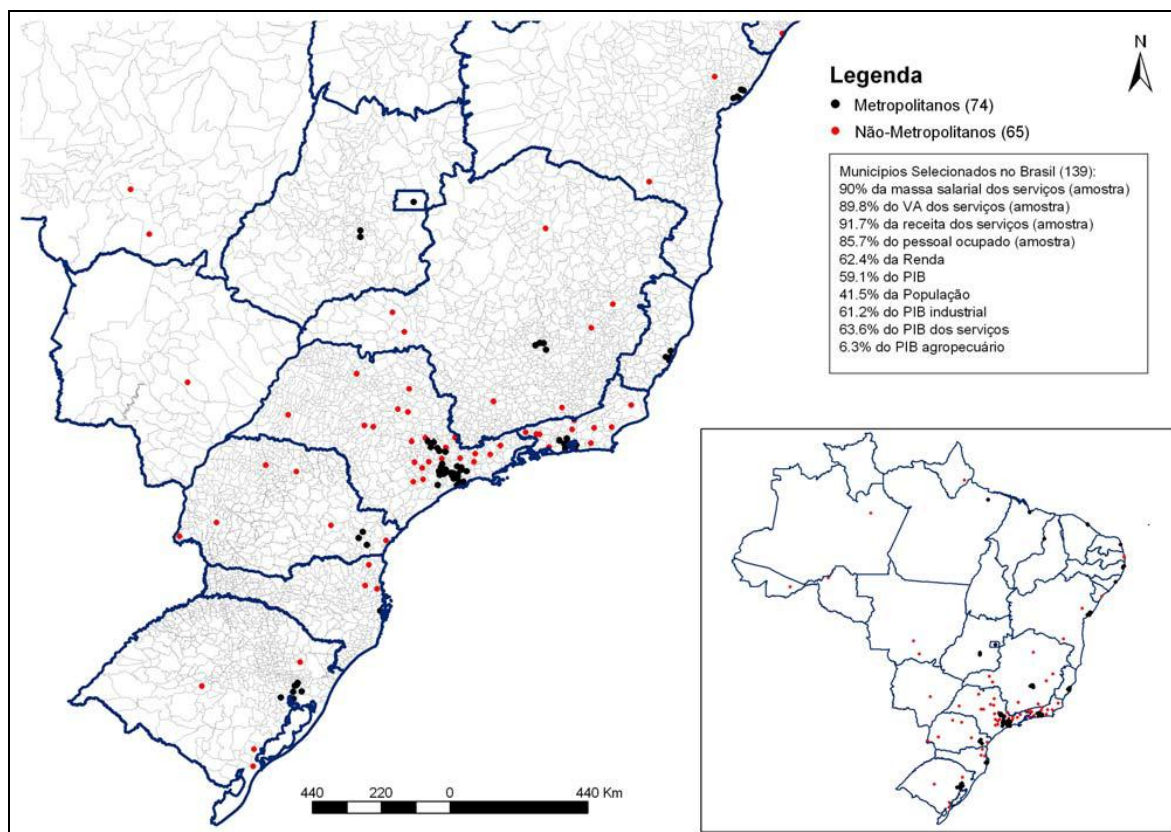
De acordo com Ruiz (2006), a Figura 1 demonstra as maiores concentrações de serviços no país. Pode-se observar que nos 139 municípios que concentram a oferta de serviços no Brasil estão 90% da massa salarial dos serviços, verificados na amostra; a maior parte da renda do país; 41,5% da população; e a maior parte do PIB industrial e de serviços (61% e 63%, respectivamente), enquanto que a produção agropecuária nesses municípios corresponde a somente 6,3% do total do país (RUIZ, 2006).

Segundo Espínola (2003), essa configuração de um sistema de cidades reflete o estágio de desenvolvimento do país. Pois, em economias mais primitivas, as atividades econômicas tendem a se concentrar em alguns aglomerados urbanos. Por outro lado, sistemas

³ A metodologia para classificação das cidades, segundo seu porte, é apresentada pelo IBGE, no Censo Demográfico do ano 2000 (IBGE, 2000).

mais desenvolvidos revelariam uma configuração espacial mais equilibrada e estável, com fortes vínculos inter e intra urbanos.

Figura 1 - Maiores concentrações de serviços no Brasil, ano 2000



Fonte: Ruiz (2006)

No entanto, entre esses dois extremos, existem diversas transformações estruturais. No caso brasileiro, por exemplo, Espínola (2003) sugere ter havido um crescimento econômico espacialmente concentrado, indicando a tendência de “inchaço” das metrópoles, o que incorreria em maiores custos econômicos para essas cidades. Assim, a autora estudou a rede urbana paranaense, buscando contemplar a ideia de um dado espaço econômico, em um momento específico, bem como os fatores econômicos e sociais que determinaram a estruturação das cidades ao longo do seu processo de desenvolvimento.

Todavia, questiona-se se a estrutura desigual do arranjo da rede urbana seria tão somente a representação do estágio de seu desenvolvimento, ou de outro modo, representa a natureza concentradora do processo de acumulação do capital? Isto é, não estariam as relações capitalistas imprimindo no espaço a sua própria dinâmica?

Porto (2003, p. 12) salienta que em um estudo a este respeito, deve-se ter claro a qual tipo de fluxo econômico e social a cidade, ou uma determinada rede de cidades, está inserida.

Dessa maneira, a caracterização do território “depende do porte, da densidade dos fluxos, que serão o resultado dos fluxos demandados pela produção da sua região mais próxima e dos fluxos demandados pela teia internacional que opera em redes mundiais de cidades”.

Assim, sobre o fenômeno ora apresentado da formação da rede urbana e da hierarquia entre as cidades, convém discutir a necessidade de uma teorização e uma abordagem mais sistematizada desse quadro. A teoria das localidades centrais, por exemplo, constitui em uma busca de resposta pela ciência econômica para esse fenômeno. Os próximos tópicos deste capítulo discutem as principais abordagens teóricas da centralização das cidades, bem como algumas notas metodológicas para o estudo da hierarquia urbana no Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC).

1.2 A Teoria das Localidades Centrais

A primeira reflexão que se tem a respeito da distribuição do tamanho e funções das cidades está na análise de como os lugares se estruturam. Desse modo, mesmo um olhar pouco acurado permite perceber a estrutura dos diversos locais, organizados mais ou menos hierarquicamente. Isto pode se dá, por exemplo, com uma cidade e seus diversos bairros, mas também em uma rede de cidades.

Em análise à teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, elaborada no ano de 1933, de acordo com Lopes (2001), os lugares se organizam em centros, conforme a função desempenhada, e se diferenciam de acordo com o tipo de funções executadas. Segundo o autor, a explicação para o número, para o tamanho e para a distribuição espacial desses centros está associada a razões econômicas, isto é, pelos princípios da oferta e da procura dos bens e serviços (LOPES, 2001).

Para Christaller, que foi o primeiro autor a formular uma teoria explicativa da hierarquia urbana, tratava-se de conciliar a maximização dos lucros com a redução dos custos, ou seja, satisfazer aos interesses tanto do produtor, quanto do consumidor (LOPES, 2001), cujo equilíbrio resultava nas funções diferenciadas desempenhadas por cada centro.

Enquanto metodologia, Christaller analisou a estrutura de centro do Sul da Alemanha, de onde detectou a centralidade dos lugares calculando um índice sobre a utilização do telefone. O autor elaborou os conceitos de “limiar da procura”, referindo-se ao mínimo de procura que justifica a oferta do bem; e “alcance do bem”, representando a distância e custo máximo que o comprador está disposto a suportar para efetivar a sua aquisição (LOPES, 2001).

O alemão August Lösch também desenvolveu importante metodologia acerca da hierarquia das cidades. Segundo Lopes (2001), esse autor quis propor uma teoria geral da localização com fundamentos econômicos. Por essa razão, a explicação de Lösch para a localização dos equipamentos terciários não é tão diferenciada, uma vez que os mecanismos econômicos seriam semelhantes.

As vantagens da especialização e as economias de escala, seriam alguns desses fatores considerados por Lösch. Para tanto, o autor teria utilizado as hipóteses de que:

O espaço é homogêneo e a população encontra-se regularmente dispersa; - há economias de escala e vantagens de aglomeração; - os custos de transporte são nulos; - as curvas individuais da procura são iguais e é igual à elasticidade; - os preços na fábrica são uniformes; - pretende-se a cobertura total da área de mercado; - a maximização dos lucros da empresa e a minimização dos custos por parte do comprador situam-se também entre os objectivos (LOPES, 2001, p. 229).

Por todo o exposto, de forma sumária, o conceito de localidade central:

Designa um lugar de venda de produtos industrializados e de prestação de serviços educacionais, de saúde, bancários etc. Uma cidade comercial servindo a uma zona rural e a cidades menores é uma localidade central. A teoria das localidades centrais aborda a organização espacial desses lugares, organização que inclui a hierarquia entre eles (CORRÊA, 1991, pp.86-87).

Para autores como Berry (1978), a Teoria das Localidades Centrais foi, por muito tempo, a única teoria sobre um sistema de cidades verdadeiramente desenvolvida, embora lhe faltasse a validação empírica. Em seu artigo, elaborou um modelo que buscasse essa validação. Para tanto, adotou como corolários: a) um aumento da população da área servida levava à população do lugar central a assumir uma proporção crescente do total da população; b) a área servida aumenta exponencialmente em relação ao tamanho do centro; e c) o número total de estabelecimentos varia exponencialmente com o tamanho do centro e com a densidade populacional.

Tais características sintetizam o pensamento em torno de um sistema de localidade central, que são modelos voltados para a obtenção da situação de equilíbrio. Contudo, em coro com as questões levantadas anteriormente, até que ponto esta teorização consegue explicar a formação de grandes centros urbanos apenas pela obtenção do equilíbrio pelas forças da oferta e da procura, sem que haja a ação de outros agentes, como o Estado? Ferreira (2008) lembra que esse modelo pressupõe uma estrutura homogênea, o que não se aplica, por exemplo, a países cuja formação socioespacial apresente uma distribuição irregular do tamanho e funções das cidades.

A relação hierárquica entre os centros urbanos de Christaller relaciona o tamanho, o número e a distância entre as cidades, com o fluxo de bens e serviços dos lugares centrais e suas regiões de influência. Mas, de modo contrário, um modelo teórico e conceitual deve também levar em conta as especificidades econômicas, políticas e sociais de cada cidade da rede urbana, mesmo em um nível hierárquico (FERREIRA, 2008).

Todavia, as análises da rede urbana costumam levar sempre em consideração o modelo conceitual e metodológico da teoria das localidades centrais. Apesar da consideração dos limites que esta teoria tem para explicar casos como o do Brasil, por exemplo, que não possui uma estrutura homogênea⁴ entre as cidades, as pesquisas realizadas no país têm sempre o modelo christalleriano como pressuposto ou pelo menos como base para novas reflexões (FERREIRA, 2008).

Ressalta-se, no entanto, que uma vez concebida a existência de níveis hierárquicos na organização espacial das cidades, torna-se imperativa a análise de como as cidades, ocupando hierarquias diferenciadas, se relacionam entre si, moldando essa rede urbana. De acordo com Ferreira (2008), esta análise transcorre pelo estudo da localização dos fixos ‘espaciais’ e dos fluxos econômicos. Portanto, faz-se necessário indagar o que se entende por fixos e fluxos econômicos e qual a sua relação com a formação da rede urbana.

1.3 Os fixos e os fluxos econômicos

A análise das funções desempenhadas por cada localidade de um determinado território torna-se crucial para a compreensão de uma rede hierarquizada de cidades. Trata-se, portanto, de identificar os bens e serviços disponibilizados por cada cidade, bem como a sua abrangência, e, verificar a disponibilidade dos elementos que a compõem, que são os seus fixos e os seus respectivos fluxos econômicos.

Em uma primeira abordagem, tem-se que a dinâmica econômica das cidades se estabelece por meio dos seus ‘fluxos’ que renovam os seus fixos. A esse respeito, Santos (2004, *apud* Ferreira, 2008) atesta ser mais cômodo o estudo dos fixos, pois, “os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos e mais rápidos” (FERREIRA, 2008, p. 539).

Por fluxos econômicos pode-se considerar a movimentação de mercadorias, capitais e pessoas oriundas do processo de produção e circulação capitalista, no qual o movimento se

⁴ O Brasil possui um ordenamento espacial próprio, com as distâncias entre as cidades bastante variáveis. Assim, verifica-se a concentração de cidades em algumas regiões e ausência de cidades intermediárias em outras (FERREIRA, 2008).

dá pelos caminhos de maior fluidez, cujo percurso constitui a ossatura de uma economia (BAHIA, 2001, p.62). Sandroni (1999, p.246) os define como o “movimento de uma mercadoria, serviço ou título iniciado em um mercado e para ele dirigido, ou realizado no interior da economia em seu conjunto”, e, também os divide em fluxos reais (relacionado ao setor produtivo) e nominais, voltados às necessidades de consumo.

Já Mance (2002) sugere que, formalmente, os fluxos econômicos se referem ao movimento de produção, circulação e consumo, que está associado a *fluxos materiais* e *fluxos de valores econômicos abstratos*. Assim, todo fluxo material tem em contrapartida um fluxo de valor econômico abstrato, isto é, um fluxo monetário.

Quanto aos fixos, Santos (1988, *apud* FERREIRA, 2008) apresenta-os como agências de correio, casas bancárias, fábricas, escolas, lugares de lazer, pontos de serviço, dentre outros. O autor argumenta ainda que os fixos podem ser econômicos, sociais, culturais e religiosos, e, desta forma, sugerindo que:

[...] se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro (SANTOS, 2007 *apud* GUSMÃO, 2009, p. 54).

Dessa maneira, embora neste momento inicial tenha-se definido o conceito clássico de fluxo econômico, é forçoso ressaltar a necessidade de se discutir estes fluxos vinculados a uma determinada espacialidade, uma vez que o conceito se torna vazio, quando separado do lugar ou região em que são gerados, na particularidade pela qual são gerados.

Para Silveira (2009), por exemplo, o estudo da dinâmica dos fluxos em um território vincula-se à viabilização dos fixos, em que pese o destaque aos sistemas de movimento, isto é, a infraestrutura e os meios de transporte. Disso se pode vislumbrar a articulação entre os espaços, a mobilidade de pessoas, de mercadorias, de serviços e de informações, que são elementos capazes de compor a produção e reprodução do capital.

Destaca-se o fato de que os fluxos se tornam cada vez mais globais, mas o global, por sua vez, está em constante interação com o local. Por isto, a análise dos fluxos também deve considerar o conhecimento necessário dos fixos a eles vinculado que são, de acordo com Ferreira (2008), cada vez mais territorializados.

Portanto, para compreensão do objeto investigado, tem-se agora um quadro analítico que busca reconhecer a formação da rede urbana; elaborar uma sistematização teórica que explique o fenômeno, representado, inicialmente, pela teoria das localidades centrais e a

proposição de que este quadro se completa pelo reconhecimento dos fixos e dos fluxos que compõem o território. Convém, agora, analisar a aplicação desse quadro analítico à formação da rede urbana do Brasil, no intuito de relacionar estas proposições com uma situação concreta. Para tanto, destaca-se a pesquisa *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual se passará a discutir a partir de agora.

1.4 Regiões de Influência das Cidades (REGIC)

De acordo com o IBGE (2008), a pesquisa intitulada “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC), elaborada no ano de 2007, permitiu delinear as áreas de influência entre as cidades brasileiras, elucidando a articulação das redes no território. Para tanto, tomou-se como premissa a ideia de que “as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos”, e que “a estrutura e a organização do território são o substrato que condiciona – e sobre o qual atuam – as políticas públicas e os agentes sociais e econômicos que compõem a sociedade”. Dessa forma,

O avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliavam a organização em redes – de produção e distribuição, de prestação de serviços de gestão política e econômica – cujos nós são constituídos pelas cidades (IBGE, 2008, s/p).

Com isso, argumentam que existem dois tipos de sistema urbano: o sistema de localidades centrais, cuja região se forma em torno do centro, e o sistema reticular, em que a cidade desempenha o papel de elo (ou nó) na rede mundial (IBGE, 2008). Assim,

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura de emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de *internet* – complementa a identificação de gestão do território (IBGE, 2008, s/p).

Uma vez definido os centros, o IBGE (2008) investigou as ligações de transporte, em especial, as que ligam os diversos lugares aos centros, e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para adquirirem bens e serviços. Todavia, estas não são

informações quantificadas, tendo como base apenas o conhecimento da área pelo informante e o acesso a fontes locais para confirmação dos dados.

Ferreira (2008), ao discutir a orientação teórica e metodológica para o estudo da rede urbana brasileira, salienta que a REGIC é de importância fundamental para pesquisas nessa área, pois, pauta-se, principalmente, pelas proposições da Teoria das Localidades Centrais. Portanto, de acordo com a autora, ainda que se trate de uma sistematização oriunda das necessidades governamentais, não se pode negligenciar a seriedade dos pesquisadores com a elaboração e divulgação de resultados dessa pesquisa, ressaltando-se a tradição do IBGE em estudar a rede urbana brasileira⁵.

Ressalta-se que a hierarquia dos centros urbanos, estabelecida pela REGIC, bem como a definição das regiões de influência a eles relacionada, foi construída em pesquisa específica, complementada por dados secundários, e que possui abrangência nacional. Entretanto, o banco de dados utilizados pode ser empregado em novos estudos, com enfoque em temas diversos ou áreas de escalas menores (IBGE, 2008).

Dessa forma, convém discutir a classificação utilizada pelo IBGE na definição da hierarquia dos centros urbanos. Foram empregados cinco grandes níveis, com dois ou três subníveis, para a classificação. O Quadro 1 demonstra tanto essa classificação e suas subdivisões utilizadas na pesquisa, como as características de cada centro.

Conforme se pode observar, no nível mais elevado encontram-se 12 núcleos distinguidos pelo IBGE, sendo a cidade de São Paulo definida como Grande Metrópole Nacional, as cidades do Rio de Janeiro e Brasília aparecem como Metrôpoles Nacionais, e outras 09 cidades despontam como Metrôpoles.

No nível imediatamente inferior, encontram-se as Capitais Regionais dos tipos A, B e C, composto por cidades com população que variam de uma mediana de 250 mil habitantes no nível C aos 957 mil, no nível A, entre as quais se encontra a cidade de Vitória da Conquista (BA), identificada como Capital Regional B. Os Centros Sub-regionais são constituídos por cidades com população em torno de 90 mil habitantes, com área de influência reduzida, desempenhando atividades de gestão menos complexa.

Já os Centros de Zona (A e B) possuem menor porte, são mais numerosos e desempenham funções restritas às suas áreas imediatas. Os Centros Locais são cidades de população com mediana inferior a 10 mil habitantes, e atendem, tão somente, aos habitantes do próprio município. Entre os municípios investigados, o IBGE verificou 4.473 cidades

⁵ Foram realizados estudos nos anos de 1972, 1987 e 2000.

nestas condições. No TIVC, a cidade de Poções (BA) aparece como Centro de Zona B, sendo as demais cidades caracterizadas por Centros Locais.

Quadro 1 - Classificação da hierarquia urbana brasileira, segundo a REGIC/2007

Classificação	Subdivisões	Quantidade	Características
Metrópole	Grande Metrópole Nacional	1	- Grande porte; - Forte relacionamento entre si; - Extensa área de influência direta.
	Metrópole Nacional	2	
	Metrópole	9	
Capital Regional	Capital Regional A	11	- Relacionam-se com o estrato superior da rede urbana; - Capacidade de gestão em nível inferior aos das metrópoles; - Destino para um grande número de atividades, por grande número de municípios.
	Capital Regional B	20	
	Capital Regional C	39	
Centro Sub-regional	Centro Sub-regional A	85	- Atividade de gestão menos complexa; - Área de atuação mais reduzida.
	Centro Sub-regional B	79	
Centro de Zona	Centro de Zona A	192	- Menor porte; - Atuação restrita à sua área imediata.
	Centro de Zona B	364	
Centro Local	Não possui subdivisões	4.473	- Centralidade e atuação não extrapolam os limites do município; - Serve apenas aos habitantes; - População inferior a 10 mil habitantes.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

No Anexo deste trabalho, apresentam-se as metrópoles definidas pelo IBGE, bem como as Capitais Regionais dos tipos A e B, relacionando estes centros urbanos com a quantidade de municípios que estão a eles vinculados. Por meio deste item é possível perceber que alguns centros possuem um número menor de municípios em sua área de influência, mesmo ocupando hierarquia superior. Todavia, por serem mais densos em produção e concentrarem um número maior de serviços, eles despontam como centros mais importantes. Além disso, a concentração da maior parte desses centros nas Regiões Sul e Sudeste, faz com

que a área de influência de cada centro nestas regiões seja relativamente menor que os centros localizados nas demais regiões do país.

Percebe-se, portanto, que o IBGE estabeleceu o nível hierárquico entre as cidades do Brasil, com base na função que desempenham e dos elementos que a compõem, isto é, os seus fixos. Todavia, em relação à formação desses fixos e dos fluxos a eles vinculados, indaga-se se haverá uma lógica específica, que determina, por exemplo, a quais cidades eles serão instalados? Logo, se por eles é possível identificar uma rede urbana, questiona-se qual o critério que define a localização dos fixos no espaço e, assim, uma hierarquia?

1.5 O processo de acumulação em sua dimensão espacial

Em continuidade à discussão em torno da formação da rede urbana, convém refletir se a própria dinâmica da economia capitalista imprime certa tendência aos fundamentos da circulação do capital, quando também considerada em seu contexto espacial. Ou seja, as redes urbanas que se formam teriam algum vínculo com o percurso que o capital perfaz em seu processo de expansão e acumulação?

Aqui, compreende-se a acumulação do capital como o processo pelo qual a produção de mercadorias é direcionada para a obtenção de lucros, através da apropriação do excedente produtivo (extração de mais valia) por uma classe social, detentora dos bens de produção, para posterior reinvestimento, retomando continuamente o processo produtivo. Este processo é veiculado pela valorização do capital que, na esfera da produção, obtém um valor maior do que o investimento realizado inicialmente.

De acordo com Marx (1996), trata-se de uma lei geral da produção capitalista que o uso da força de trabalho seja destinado para a produção de mercadorias que contenham um valor maior do que é pago aos trabalhadores, quando realizada pela venda do produto. O autor acresce que o crescimento do capital implica na mudança em sua composição orgânica – proporção entre capital constante e capital variável – pois, o excedente econômico é direcionado para a expansão da capacidade produtiva, aumentando a produtividade do trabalho e diminuindo a quantidade relativa de mão de obra empregada na produção.

Nesse processo, destaca-se que o capital possui uma tendência a globalizar-se, como resultado do seu processo de desenvolvimento, o que se dá de forma desigual, seja no âmbito econômico ou geográfico. O capitalismo – enquanto totalidade sistêmica mutante – perfaz espaços completamente diversos. Quando se esgota os limites de concentração em um espaço geográfico – como o espaço nacional, por exemplo – há um processo de alargamento espacial

da acumulação para além das fronteiras do núcleo do sistema (BALANCO, PINTO e BUSATO, 2006).

O desenvolvimento na sociedade capitalista tem na busca constante do capital pela obtenção de vantagens competitivas a determinação de alguns dos principais aspectos do processo de crescimento econômico. Nessa medida, a relação entre o processo de acumulação do capital e os seus desdobramentos sobre o espaço vincula-se às decisões tipicamente capitalistas do processo de ordenamento da produção.

Deste modo, o espaço econômico ou geográfico, seja nacional ou subnacional, configura-se por um "quadro permanente de desigualdade do desenvolvimento capitalista, impresso por uma característica inerente ao processo de acumulação" (BALANCO, PINTO e BUSATO, 2006, p. 10).

Acerca desses elementos teóricos, de acordo com Marx e Engels (1998), a sociedade moderna estabeleceu-se sobre os moldes de uma relação central, a relação capital/trabalho. Pode-se reconhecê-la pela existência de mercados como principal mediador das relações, pela propriedade privada dos meios de produção e pela existência de trabalhadores assalariados desprovidos de qualquer propriedade. Seu traço distintivo está em uma contradição que lhe é insustentável, a crescente acumulação de riquezas pela classe capitalista, em meio a um processo de pauperização da maior parcela da classe operária.

Balanco, Pinto e Busato (2006) definem o capitalismo como um marco cuja organização social chega a um grau de complexidade jamais visto em sociedades pretéritas, especialmente pelo fenômeno da globalização. Com o capitalismo, em vez de sociedades distintas e espacialmente limitadas – atomizadas – a humanidade conheceria a universalização de relações de produção específicas, historicamente determinada e socialmente interdependentes.

Portanto, em sua lógica, o capitalismo se configura pelo relacionamento dos diversos lugares entre si, com base no princípio de acumulação do capital, apresentando um quadro de desenvolvimento histórico desigual, cujo maior exemplo se mostra com o contraste entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, centro e periferia etc. Este também é o caso da diferenciação espacial das funções desempenhadas pelas diferentes regiões ou cidades, nas redes urbanas a qual fazem parte.

A esse respeito, a análise de Lipietz (1988) parece ser de fundamental importância para o estudo da configuração espacial, sob a égide do processo de acumulação capitalista. Em sua análise, o autor estabelece que o espaço deva ser compreendido em sua dimensão

concreta, isto é, em termos da articulação de determinada espacialidade com as diferentes instâncias do modo de produção capitalista.

Nesta perspectiva, Lipietz (1988) observa a impossibilidade dos mecanismos de mercado, por si só, suprirem as dificuldades oriundas do processo de desenvolvimento desigual entre as regiões. Haveria, portanto, a necessidade da intervenção do Estado para garantir o processo de expansão da acumulação do capital por entre os diferentes territórios.

O autor propõe iniciar a análise através de situações concretas, em que se evidencia o caráter desigual do desenvolvimento no espaço, buscando demonstrar qual a relação do lugar – e seu estágio de desenvolvimento – com as condições atuais da acumulação capitalista. Isto é, quais são as ferramentas que o capital utiliza sobre o espaço, ou neste caso, a estrutura desigual da rede urbana, para garantir o seu processo de acumulação?

Nós examinamos a constituição de espaços regionais, processo determinado pela articulação das relações de produção, e o uso que delas fazia o capital como movimento de acumulação fracionada em ramos pela divisão do trabalho (LIPIETZ, 1988, p. 113).

Com isto, Lipietz (1988) demonstra que o capital se constitui em unidades de produção e valorização independentes entre si, operando em um modo de produção mercantil, o capitalismo, cujas relações se estendem à força de trabalho. A troca do produto do trabalho por moeda (equivalente geral do trabalho social) permite ao capitalista apropriar-se de uma fração do trabalho social produzida por outras unidades econômicas. Esta, aliás, é a forma pela qual se dá a acumulação capitalista na esfera da circulação de mercadorias.

Portanto, na análise de Lipietz (1988), deve-se considerar que, de fato, “há o desenvolvimento desigual das regiões com consequências a nível socioeconômico”, que também se verifica em pequenos *locus* de acumulação capitalista, como uma cidade ou região, por exemplo. Dessa maneira, o autor deixa clara “a impossibilidade de se organizar o espaço apenas pelos mecanismos de mercado”, cuja proposição responde às questões colocadas anteriormente, postulando que a estrutura analítica do quadro de hierarquização entre as cidades precisa dar conta do processo de acumulação.

Acrescenta-se a análise, a intervenção do Estado no sentido de garantir o processo de acumulação, mas também como expressão da disputa dos interesses inter classes e intra classe. Isto é, as contradições do movimento espacial do capital também se operam no âmbito da luta de classes e da disputa entre os próprios capitalistas (capital comercial e usurário *versus* capital financeiro e industrial).

Se o espaço social é a dimensão espacial da sociedade considerada como totalidade, como comunidade material, como produto da atividade coletiva,

independente das atividades particulares, e impondo-se a cada uma delas como uma força estranha, então ele mantém uma relação específica com as instituições que representam o interesse “coletivo” e aparece como “comunidade ilusória”: com o Estado (LIPIETZ, 1988, p. 149).

Harvey (2004, *apud* BALANCO, BUSATO e PINTO, 2006), também discute a inserção de duas lógicas de poder no espaço: o poder econômico e o poder político, isto é, a ação individual dos capitalistas e a ação do Estado, que pode até ser determinada pelo poder econômico, mas que também pode ter suas próprias prioridades. Deste modo, apesar das diferenças, existe entre uma e outra um entrelaçamento. Para Harvey, estas duas lógicas devem ser vistas como dialéticas, isto é, contraditórias, em vez de cooperativas ou unilaterais.

Por todo exposto, trata-se, portanto, de uma postura metodológica, em que a percepção da formação espacial do território não pode se dá somente pelos argumentos econômicos ou pelos políticos. É importante manter os dois lados dessa dialética, de forma simultânea. Assim, é importante verificar se há a contribuição do Estado na constituição dos principais fixos que compõem o território, cumprindo a função de viabilizar o fluxo de capitais e a circulação de mercadorias em seu interior.

Com base nesses quesitos é que se apresenta o problema da inscrição espacial de Vitória da Conquista no processo de acumulação capitalista, cujo quadro teórico e analítico para a compreensão do objeto investigado decorre: a) do fenômeno da formação da rede urbana e da hierarquia entre as cidades, articulando a existência de cidades médias – ou capitais regionais – no território, que desempenham papéis específicos na conformação dessas redes, tendo como categoria de análise os fixos e os fluxos econômicos; b) a teoria das localidades centrais, como primeiro esforço de sistematização de uma teoria que explicasse o fenômeno; c) a REGIC, que reúne uma base de dados e metodologia importantes para pesquisas nessa área; e, especialmente, d) a compreensão do processo de acumulação do capital no espaço, no que tange à lógica capitalista da disposição geográfica dos recursos econômicos, determinante das desigualdades regionais e diferenciação entre as cidades.

2 A REDE URBANA DA BAHIA, O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E A ARTICULAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA COMO CAPITAL REGIONAL

Este capítulo teve por objetivo elencar alguns estudos sobre a rede urbana do estado da Bahia, discutindo como se configura esta rede de cidades e a articulação das cidades com seu território. Além disso, discutiu-se o processo de regionalização dos municípios baianos, com ênfase em especial aos Territórios de Identidade. Por fim, salientou-se a constituição de Vitória da Conquista como Capital Regional, no âmbito das cidades médias da Bahia.

2.1 Rede de cidades na Bahia

O fenômeno da hierarquia da rede urbana também demonstra vincular-se à rede de cidades do estado da Bahia. Para Porto (2003), existe no estado uma rede principal de cidades que concentra a maior parte dos fluxos econômicos do seu território. Trata-se de cidades que “compõem uma rede capaz de servir como entreposto de fluxos sociais e econômicos entre os distintos lugares de sua região e de outras regiões” (PORTO, 2003, p. 9).

A rede urbana principal da Bahia é composta de cerca de 28 cidades que concentram mais de 80% dos fluxos econômicos e sociais do Estado. [...] Estas cidades representam quase 50% da população estadual, são responsáveis por quase 100% das matrículas nos cursos universitários, 84% dos médicos, 70% dos dentistas, todas as emissoras de TV, 70% das rádios licenciadas da Bahia (PORTO, 2003, p. 14).

Ressalta-se, conforme asseveram Silva e Silva (2006), que a forma como emerge a questão regional realça a preocupação que vai desde a escala continental à escala microrregional, apontando para um amplo interesse dos setores público e privado e organizações sociais nesta discussão. Frente a tal preocupação, esses autores realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar os desequilíbrios regionais no estado da Bahia, e, propor avanços no enfrentamento dessas questões. Assim, eles analisaram que:

O Estado da Bahia, por estar em uma fase ainda recente de crescimento, apresenta grandes desequilíbrios regionais e municipais em todo o seu território. [...] Este mesmo princípio vale para as mesorregiões e microrregiões baianas que apresentam, há poucas décadas, expressivos indicadores de crescimento econômico (SILVA e SILVA, 2006, p. 96).

O fato é que as microrregiões mais dinâmicas da Bahia tendem a reproduzir, em escalas menores, a mesma tendência estadual e nacional, no que tange aos desequilíbrios existentes em seu interior. Disso emerge a necessidade do fortalecimento das cidades médias no interior da Bahia, desempenhando o papel de capitais regionais (SILVA e SILVA, 2006).

Sobre essas questões, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) também realiza importantes pesquisas, dentre as quais se destaca o estudo *Quatro cantos da Bahia*, do ano de 2001. Esse trabalho tinha por objetivo sistematizar um plano de ação do governo para adensar os fluxos econômicos nacionais e mundiais à rede de cidades baianas, tendo como justificativa o fato dos fluxos econômicos que percorrem o território estadual estarem cada vez mais subordinados a decisões e determinações que extrapolam o seu espaço interno (BAHIA, 2001).

O estudo buscou identificar e caracterizar os espaços da produção baiana. Para tanto, tomou-se três indicadores, selecionados em virtude da disponibilidade de dados, para medir o porte comercial e de serviços das cidades. Foram eles, a) os depósitos bancários, que mede o volume de capital-moeda circulando em cada cidade; b) consumo de energia elétrica nos segmentos de comércio e de serviços, para se dimensionar o porte destes segmentos; e c) o contingente populacional, no qual se observa a capacidade do local em atrair e manter habitantes (BAHIA, 2001). Desse modo,

É importante ressaltar que, abstraindo alguns desvios localizados, no geral são as mesmas cidades que se enquadram nos três indicadores considerados e são aqueles que servem como centralidade das manchas de produção industrial. [...] É importante observar que também são estas localidades que estão presentes nos locais onde há uma superposição de fluxos dos setores primário e secundário, estando nestas próprias cidades as maiores concentrações das atividades terciárias (BAHIA, 2001, p. 61).

Pelo exposto, a rede urbana da Bahia parece ser verticalizada e não absorver a maioria dos seus 417 municípios. Caracteriza-se pela ausência de um número significativo de cidades médias em seu interior, dificultando interligar os municípios menores ao acesso de bens e serviços mínimos. Todavia, a averiguação dessa realidade deve considerar a composição das atividades econômicas dos municípios, bem como a disponibilidade dos serviços públicos ali existentes.

Segundo Porto (2003, p. 9), existem atualmente no estado da Bahia cidades que exercem o papel de centros de apoio às atividades de serviços, comércio, educação, saúde etc., que permitiria classificá-las como “cidades-elo”. Para este autor,

O avanço dos meios de comunicação e os processos de reestruturação produtiva têm permitido uma elevação de fluxos sociais e econômicos entre lugares distantes, o que vem alternando a tradicional centralidade urbana (polos) de uma dada região (PORTO, 2003, p. 9).

Dessa maneira, alterou-se bastante o percurso pelo qual as mercadorias (bens e serviços) circulam na estrutura da rede urbana, reforçando o aparecimento de uma rede de

cidades comerciais, que servem de apoio à circulação das mercadorias no espaço nacional. No caso da rede principal de cidades da Bahia, há uma “concentração dos fluxos de suas áreas de influência” dentro do próprio estado (PORTO, 2003, p. 18).

As cidades de Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Feira de Santana (BA) passaram a fazer este papel de rede secundária de entreposto comercial entre estados. Vitória da Conquista passou a concentrar os fluxos de uma vasta região que abarcava uma rede de cidades estendida até Barreiras (BA), no oeste do estado, enquanto Feira de Santana liderava outra vasta região, de menor tamanho, porém mais densa em produção (PORTO, 2003).

Por outro lado, também aparecem dispersas no território as cidades de porte pequeno, motivadas pelo surgimento de novas rotas de fluxos comerciais, que demandam pouca infraestrutura urbana (PORTO, 2003).

Portanto, expostas a organização das cidades baianas em redes, desempenhando funções hierarquizadas, faz-se necessário analisar os critérios que definem o processo de regionalização dos municípios do estado, o que representa a forma pela qual o Estado compreende a articulação das cidades entre si. Aqui, destacam-se os territórios de identidade como forma mais recente de regionalização adotada na Bahia, e que, no caso da cidade de Vitória da Conquista (BA), constituiu-se enquanto recorte geográfico para a realização desta pesquisa.

2.2 O território e o processo de regionalização na Bahia

O estudo da rede urbana recai sobre a ideia de território, especialmente quando este é representativo de uma rede de cidades articuladas entre si. Santos (2000), por exemplo, argumenta que o território mostra todos os movimentos da sociedade. Para o autor, é nele onde as coisas acontecem e se materializam o espaço econômico, através dos fluxos, e, também, o espaço geográfico, em que todas as outras coisas estão contempladas. Isto se dá com o território de uma nação, um bloco econômico e até mesmo uma região ou microrregião, como é o caso dos territórios de identidade, aqui na Bahia.

De acordo com Jiménez (2002, *apud* OLIVEIRA, 2006), trata-se de um paradoxo que, justamente quando na ‘era da globalização’, o mundo sugere a banalização das distâncias, se produza, ao mesmo tempo, um retorno à dimensão territorial, tanto no plano teórico, quanto na realidade de estratégias empresariais e de políticas públicas.

Assim, entre as diversas abordagens conceituais sobre o território revisitadas por Oliveira (2006), nota-se que alguns dos conceitos propostos por pesquisadores centrados no

tema do desenvolvimento territorial se firmam sob “eixos temáticos específicos”, tais como “as dimensões identitárias e de pertencimento, o capital social, o empoderamento e a dimensão político-institucional – que pressupõe mobilização e articulação intra e extraterritório voltada para o desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2006, p. 129).

Os atores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial rural do estado da Bahia, por exemplo, utilizaram o conceito de território que foi extraído em texto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para eles, o território é:

A área geográfica de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns. Partindo-se do entendimento político, desenvolvem-se projetos produtivos, sociais, culturais e ambientais, normalmente orientados ou liderados por um projeto dominante ou ideia-guia (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005a, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 130).

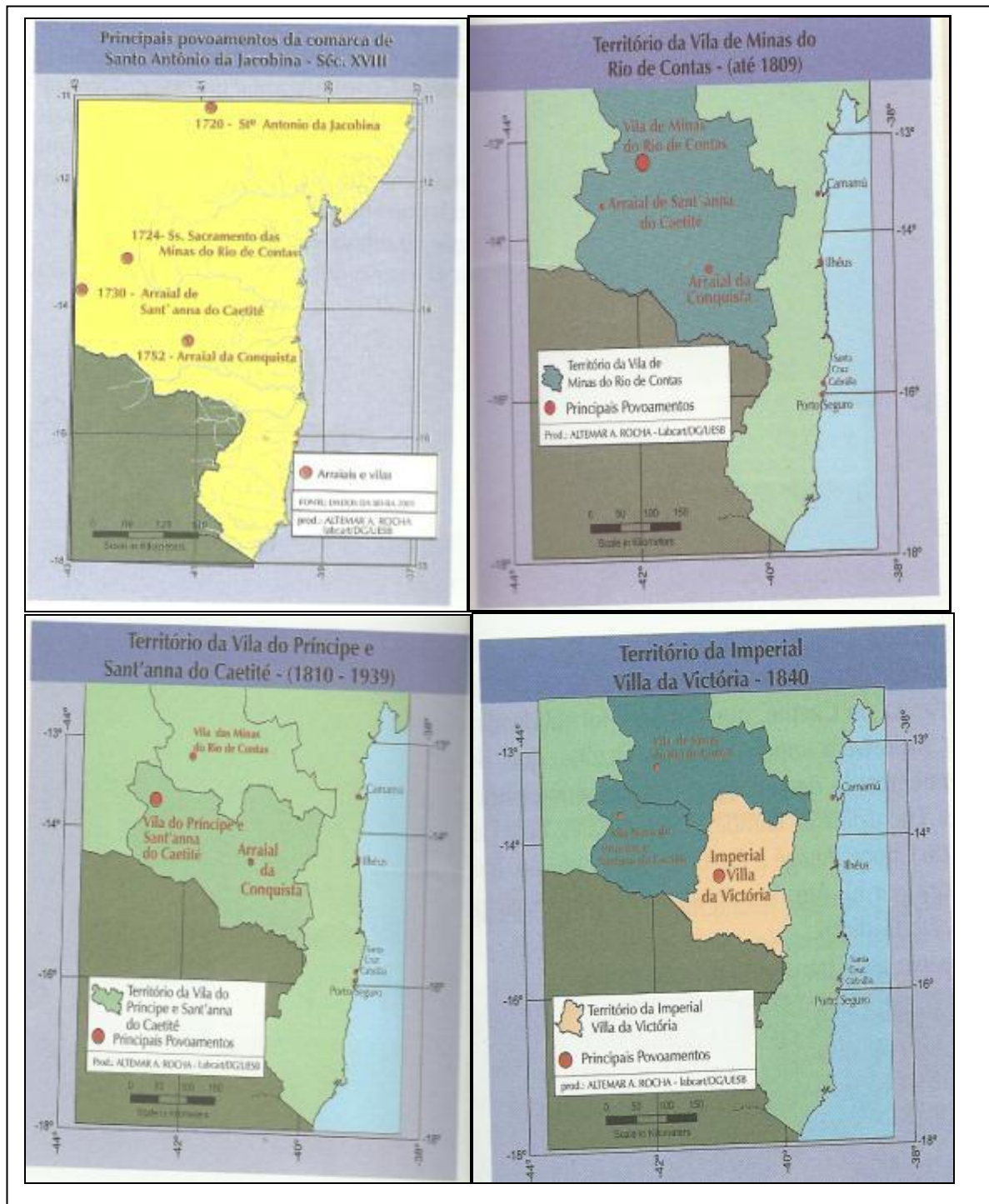
Portanto, o recente processo de territorialização do estado da Bahia teve como marco operacional a utilização de uma abordagem de desenvolvimento territorial rural no estado, datado do ano de 2003. Trata-se de um programa com ações voltadas ao apoio a territorialidades definidas através de uma fase inicial de mobilização, e, em seguida, integração e implementação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2006).

A princípio, em uma perspectiva histórica, é possível afirmar que o processo de regionalização da Bahia iniciou-se com a instituição das capitâneas hereditárias no período colonial, cujo objetivo era garantir a ocupação efetiva das terras brasileiras por Portugal (SEI, 2001). Todavia, o sistema de capitâneas foi logo substituído pela instituição de um Governo Geral na colônia brasileira, representado inicialmente por Tomé de Souza que, em 1549, construiu a cidade de Salvador (BA) para ser a sede do poder colonial central, com ascendência sobre todas as capitâneas.

De acordo com a SEI (2001), o território da Bahia tem sua configuração territorial moderna a partir da junção de 05 capitâneas: Bahia de Todos os Santos, Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus, Peroassú e Itaparica/Tamarandiva, que constituíram a Capitania da Bahia, em meados do século XVI, tendo, posteriormente, incorporado a comarca de São Francisco, pertencente à Capitania de Pernambuco.

A Figura 2 representa a divisão territorial do Brasil em Capitâneas Hereditárias. Pode-se observar que as capitâneas que vieram a constituir a Bahia e sediaram a primeira capital da colônia estão situadas na região central das terras brasileiras daquele período.

Figura 3 - Evolução da divisão administrativa da região de Vitória da Conquista, entre os séculos XVIII e XIX



Fonte: FERRAZ (2007)

Dessa forma, em retorno à discussão acerca do processo recente de regionalização, de acordo com Amaral (2002, *apud* por DI LAURO *et al*, 2009), o regionalismo traz uma nova concepção de Estado, que implica na descentralização de tarefas estatais, consignando-

as aos territórios. Possibilita, com isto, o manuseio dos recursos em ações estratégicas, destinando-se a facilitar a administração e potencializar o crescimento econômico.

Souza (2008, p. 16), por sua vez, compreende a regionalização “como um processo pelo qual o Estado estabelece recortes para aplicar um conjunto de ações no território de forma sistêmica”, sendo, portanto, um elemento central para a investigação dos fenômenos relacionados ao planejamento e ao desenvolvimento regional. De acordo com o autor, as formas de regionalização adotadas no estado da Bahia refletem a visão estatal sobre o processo de desenvolvimento regional. Pelo exposto, pode-se observar que:

Em 1946 o IBGE propôs a divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, utilizando os critérios basicamente físicos do quadro natural. Porém, Milton Santos anos após essa divisão propôs para a Bahia, [...] a: divisão regional mais funcional e menos estática. Surge dessa maneira a divisão do Estado em nove “regiões urbanas”, ou seja, aqueles municípios que exercem influência sobre os demais, localizada dentro do próprio Estado, sendo que essa influência se reflete através do aparelhamento estatal e econômico existentes nesses municípios sedes, por assim dizer. Já em 1967 o IBGE introduziu o conceito de Microrregião Homogênea, dividindo assim, a Bahia em vinte e seis microrregiões. Essa divisão partiu do conceito de centralidade, com base na Teoria das Localidades Centrais de Christaller, onde teve como objetivo conhecer as localidades centrais do Brasil (DI LAURO *et al*, 2009, p. 6).

Além dessas formas de regionalização, a Bahia também está dividida em 21 regiões administrativas, instituídas através da Lei nº 2.321, de 1966. Já no que se refere à divisão em Territórios de Identidade, esta ocorreu no ano de 2007, com o objetivo principal de “minimizar as diferenças no cenário socioeconômico baiano”, promovendo “uma política de participação mais igualitária e menos segregada” (DI LAURO *et al*, 2009, p.7).

Para Moraes (2000, *apud* SOUZA, 2008), o Estado desponta como um importante agente da produção do espaço por intermédio de suas políticas territoriais. É o Estado que dota o território de seus principais equipamentos e infraestruturas, além de ser o principal indutor de sua ocupação.

Assim, reconhece-se o estado da Bahia como um dos pioneiros do planejamento regional. A divisão do estado em regiões administrativas, por exemplo, teve por objetivo estabelecer um “espaço contínuo definido em função da atuação do governo sobre o território, tendo como centro uma sede urbana que concentraria as agências e órgãos de atendimento nas diversas áreas de atuação governamental” (SOUZA, 2008, p. 68).

Atualmente, a SEI reconhece nove tipos de regionalizações no estado da Bahia, elaboradas em diferentes épocas, com objetivos e finalidades distintas, e, atendendo a diferentes órgãos e políticas, conforme se pode observar no Quadro 2.

A divisão da Bahia em Regiões Econômicas, em finais dos anos 1990, teve como pressuposto a ideia de um espaço contínuo polarizado por uma cidade de maior porte, cujas atividades produtivas caracterizavam o potencial da região. Adotou-se como discurso que a “ocorrência de diversos fluxos econômicos e comerciais sobre o estado levava a necessidade de uma nova regionalização” (SOUZA, 2008, p. 81).

Por outro lado, a política dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento foi adotada na Bahia por intermédio do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003, e entendia-se que a organização do território não era de responsabilidade exclusiva do capital, mas que as ações governamentais deveriam exercer papel na estruturação do espaço territorial (SOUZA, 2008, p. 88).

Quadro 2 - Divisões regionais da Bahia

Tipo de Regionalização	Ano	Nº de regiões
Região Administrativa	1966	21
Mesorregião Geográfica	1990	07
Microrregião Geográfica	1990	32
EBDA	1991	20
Eixos de Desenvolvimento	1999	13
Região Econômica	2002	15
Região Semiárida	2005	01
Região Metropolitana de Salvador	2007	01
Territórios de Identidade	2007	26

Fonte: SEI (2012)

Em continuidade à discussão sobre a atual forma de regionalização do estado da Bahia, os Territórios de Identidade compõem o período recente das políticas nacionais de planejamento, que envolve a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a implementação dos Territórios Rurais e os Territórios de Cidadania, do MDA.

Destaca-se que os Territórios de Identidade consistem em uma nova metodologia adotada pelo governo do estado, que toma como referência a identidade local e a capacidade dos municípios de se relacionarem entre si, o que de acordo a entrevista concedida por Freitas (2008, p. 44), sua metodologia:

Está vinculado a uma estratégia de desenvolvimento territorial que se estabelece ao nível nacional, sendo, portanto, mais um meio para compreender e explicar as desigualdades sócio-espaciais. Além disso, sustenta-se na busca de consolidação da cidadania, pois a necessidade de procurarmos novos rumos políticos para ampliação da participação da sociedade civil organizada, isto é, da participação popular nas decisões políticas, devem contribuir para estruturação dos Territórios de Identidade.

A formulação da política de desenvolvimento territorial teve por objetivo “assegurar o desenvolvimento sustentável do Estado e a redução das desigualdades verificadas no espaço baiano” (BAHIA, 2007, p. 57). Como relacionado anteriormente, a economia baiana sempre denotou a extrema concentração dos investimentos em alguns pontos do seu território, com especial ênfase à Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esta situação ensejou ao governo do Estado a adoção do planejamento territorial. Assim, de acordo com os planejadores baianos,

[...] a geração de riqueza tem se concentrado na RMS, na faixa litorânea, nos municípios de Feira de Santana e Vitória da Conquista, em municípios da região Oeste, sobretudo Barreiras, Luís Eduardo e São Desidério, e do Extremo-Sul, como Mucuri, e, mais recentemente, em torno de Juazeiro (BAHIA, 2007, p. 57).

Em contrapartida, a Região Semi-Árida, com área de 981.821 km² de extensão do território brasileiro, e abarcando 265 municípios da Bahia, possui os piores indicadores sociais do Estado. Sob este cenário é que se adotou o conceito de Territórios de Identidade para promover a organização territorial do Estado. Em análise a Figura 4, é possível conhecer a divisão do estado da Bahia em 26 territórios, ressaltando-se que, para sua delimitação, levou-se em consideração:

[...] os dados secundários, geopolíticos e demográficos do IBGE; a identificação dos aglomerados municipais urbanos, intermediários e rurais; o foco na agricultura familiar; e o ordenamento para o diálogo e seleção nos estados, considerando o capital social, a convergência dos interesses institucionais públicos e das organizações sociais, a existência de áreas prioritárias de ação do Governo Federal nos Estados e a incidência de programas, planos e projetos de desenvolvimento de caráter regional (BAHIA, 2007, p. 59).

A este respeito, foram os municípios que se pronunciaram sobre qual território estariam incluídos, com base no fluxo de relações sociais estabelecidas entre si e no sentimento de pertença. Além disso, o conceito de Território de Identidade não teve como foco somente o universo rural, pois a formulação do planejamento incluiu a realidade urbana e suas atividades econômicas típicas, como os setores secundário e terciário. Buscou-se, com isto, fortalecer uma rede de cidades médias em todos os territórios, constituindo-as “em polos de serviços e de apoio às atividades produtivas” (BAHIA, 2007).

Ainda a respeito desta temática, em 2008, o governo federal adotou um novo conceito para as políticas territoriais denominado de Territórios de Cidadania. O Território de Cidadania “é uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e de garantias de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam” (BRASIL, 2008, *apud*

SOUZA, 2008, p. 118). A seleção dos municípios destes territórios considerou as características econômicas e ambientais, bem como a existência de identidade e coesão, como nos Territórios de Identidade. Na Bahia, adotaram-se 4 territórios de cidadania (Sisal, Velho Chico, Chapada Diamantina e Sul), que correspondem aos municípios de seus respectivos Territórios de Identidade.

Figura 4 - Divisão do estado da Bahia em Territórios de Identidade



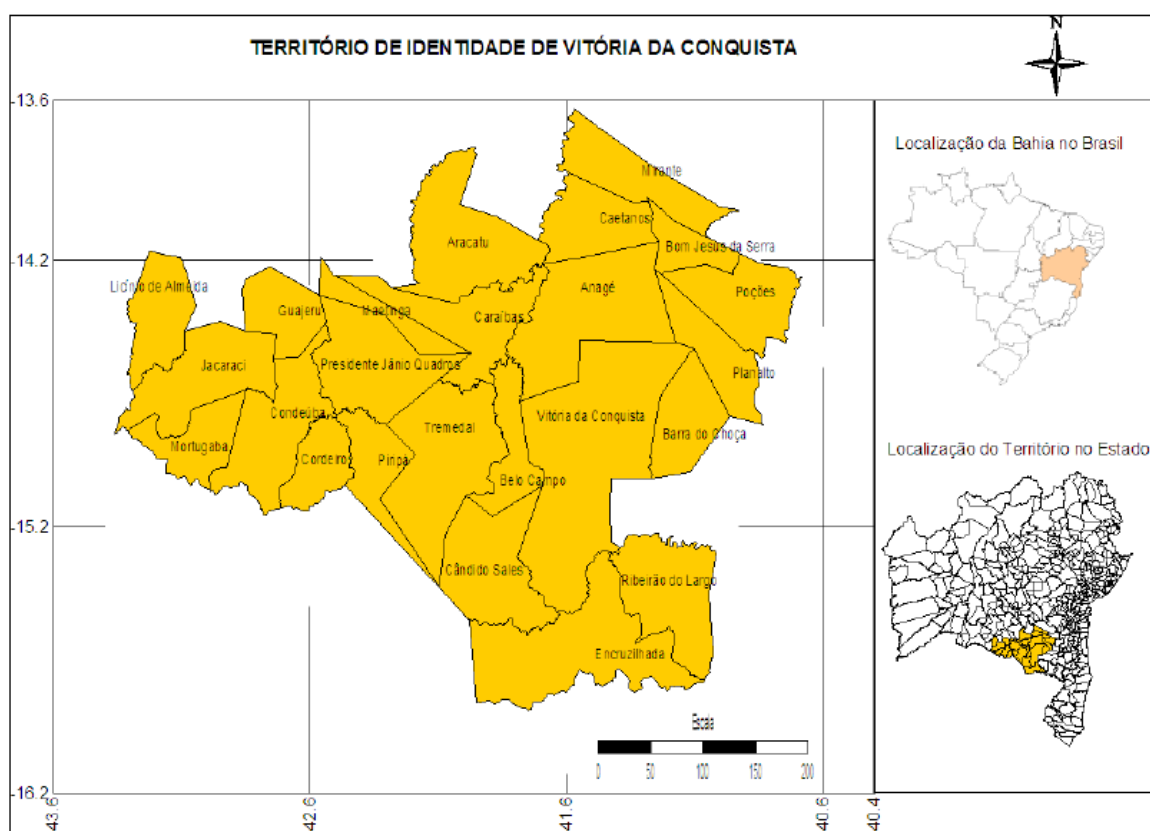
Fonte: Bahia (2007).

2.3 O Território de Identidade de Vitória da Conquista

Por todo o exposto, esta pesquisa voltou-se para o Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC), situado na região econômica do Sudoeste da Bahia, no semiárido baiano, conforme ilustrado na Figura 5. O TIVC compõe-se de 24 municípios, perfazendo um

total de 27.264 km² de extensão, e em 2010, segundo os dados do Censo demográfico, abrigava 695.202 habitantes, dos quais 44% estavam situados no município de Vitória da Conquista. Além disto, possui densidade demográfica de 25,49 hab./km² e taxa de urbanização de 64,76% de sua população total.

Figura 5 - Localização do Território de Identidade de Vitória da Conquista (BA) no Brasil



Fonte: Rocha e Amaral (2011).

Em sua maioria, os municípios do TIVC foram desmembrados de Vitória da Conquista, ou de outros municípios originariamente desmembrados dela. De acordo com a Figura 6, é possível conhecer as subdivisões que originaram novos municípios na região, a partir do território da Imperial Villa da Victoria, que atualmente constitui a região do TIVC. Em comparação à Figura 5, torna-se evidente a semelhança destes dois mapas, ressaltando o vínculo que estes municípios possuem entre si, dado o seu passado comum.

De acordo com a SEI (2012), no TIVC se desenvolvem indústrias de vários ramos, cuja ocupação deveu-se a pecuária e a policultura cerealífera, após o massacre da população indígena local, por volta do ano de 1720. Este território apresenta uma intensa dinâmica de interação social, econômica e cultural com o território do Médio Rio de Contas, que se situa a

nordeste dali, com ocupação decorrente da expansão da atividade pecuarista estruturada a partir do Planalto da Conquista.

Figura 6 - O Território de Identidade de Vitória da Conquista, a partir do desmembramento do município de Vitória da Conquista (BA)



Fonte: FERRAZ (2007)

A existência da BR-116, integrando os municípios destes dois territórios, permitiu que a cidade de Jequié (BA), principal núcleo urbano do território do Médio Rio de Contas, tivesse fortes vínculos com os municípios do TIVC, sobretudo Poções e Vitória da Conquista. Ressalta-se que a abertura da rodovia BR-116, ligando a região Nordeste ao Sudeste do país, vincula-se com a instalação de indústrias e a dinâmica socioeconômica regional, especialmente de Vitória da Conquista, que “se tornou entroncamento rodoviário e se inseriu num fluxo de dinâmicas comerciais mais amplas”, a partir da segunda metade do século XX (SEI, 2012, p. 198).

A ocupação populacional deste território deveu-se à descoberta de jazidas de ouro, na região do município de Rio de Contas (BA). No ano de 1725, a fim de exercer maior controle do Estado, o governo metropolitano determinou a fundação da denominada Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas (SEI, 2012). Naquele período, instituíram-se algumas capelas por fazendeiros que originaram os principais núcleos populacionais, tais como Caetité, Macaúbas, Condeúba e Vitória da Conquista (SEI, 2012).

No século XIX, expandiu-se a hierarquia urbana regional, em decorrência da imigração oriunda de Minas Gerais e Goiás, assegurada pelo avanço da produção de algodão e da pecuária na região. Nesse período, vislumbrou-se uma rede de cidades bem estruturada na região, cuja centralidade era exercida por Caetité, onde se destaca a instituição de uma câmara municipal e da intensa atividade urbana naquele município (SEI, 2012).

Atualmente, a centralidade regional é exercida por cidades como Brumado, Guanambi e Itapetinga, que são capitaneadas por Vitória da Conquista, como um dos principais centros de negócios do estado. Conforme a SEI (2012, p. 202), "[...] sua projeção econômica tende a colocá-la como permanente foco de atração de pessoas oriundas de outras municipalidades, em busca de acesso ao intenso comércio da cidade ou à melhor oferta de serviços em saúde e educação".

Em 2009, o PIB do TIVC foi de R\$ 4.740,56 bilhões, equivalentes a 3% do PIB do estado da Bahia. De toda a produção do território, o município de Vitória da Conquista contribuiu com 66% do valor agregado (R\$ 3.142 bilhões), enquanto municípios como Barra do Choça e Poções contribuíram com 6% e 5%, respectivamente.

Pelo exposto, a cidade de Vitória da Conquista (BA) se destaca por sua dinamicidade e por seu porte em relação às demais. Deste modo, é com base na situação concreta desta cidade e a forma como ela se articula com os demais municípios do território, confluindo uma área de influência bastante expressiva, que se buscarão subsídios para dar respostas às questões levantadas no decorrer do primeiro capítulo.

2.4 A acumulação do capital na conformação de Vitória da Conquista como Capital Regional

Entre as questões suscitadas no capítulo anterior, duas se destacam por problematizarem a discussão teórica ali apresentada. A primeira, em relação à teoria dos lugares centrais, consiste em identificar se as cidades tenderiam realmente àquele padrão de organização apenas pela lei da oferta e da procura. Não teriam outras forças – a ação do

Estado, por exemplo – influência sobre a disposição e o tamanho das cidades, cuja estrutura equilibrada de lugares centrais seria alterada?

Em segundo lugar, com relação à formação dos fixos e dos fluxos econômicos no território, bem como a possibilidade de se reconhecer a rede urbana formada por estes elementos, convém destacar, então, qual o critério que define a localização dos fixos no espaço, e, assim, uma hierarquia?

Ora, a estas questões parece se conformar uma lógica bastante específica do desenvolvimento capitalista, isto é, do processo de acumulação do capital, cujas contradições são também impressas no espaço. É nesta perspectiva que o espaço aparece como um importante objeto da análise econômica, e, portanto, também o é a rede urbana, que perfaz um determinado espaço.

Dessa maneira, o processo de acumulação verificado na cidade de Vitória da Conquista vincula-se a uma série de determinações, cuja estrutura econômica, social, política e geográfica da região lhe proporcionam a primazia da recepção dos fluxos econômicos, possibilitando o seu expressivo crescimento econômico. Por outro lado, os movimentos mundiais do capital também determinam o fluxo destas riquezas no âmbito regional.

Dentre essas diversas determinações, as decisões capitalistas voltadas para a obtenção do lucro também condicionam a mobilidade espacial do capital, no qual se perpetua a lógica do crescimento econômico de uma determinada cidade, e que pode vir a inibir o crescimento de suas cidades vizinhas, ao passo que estas mesmas cidades podem obter ganhos pela proximidade com o centro maior.

Neste ínterim, evidenciam-se a centralidade exercida por Vitória da Conquista, com base nas funções que desempenha e na localização dos fixos e recepção dos fluxos gerados dentro e fora do território. Deve-se ressaltar que os fluxos econômicos em sua rede urbana, bem como a importância econômica e social que cada cidade desempenha em seu contexto regional, podem ser compreendidos pela percepção do movimento espacial do capital, isto é, pelo processo de acumulação capitalista impresso no espaço.

A este respeito, Santos (1994) indica para o desenho de uma nova geografia regional, baseada em uma nova divisão territorial do trabalho. Para o autor, a produção, que se torna cada vez mais capitalista, cria objetos pelas atividades hegemônicas com intencionalidade específica, multiplicando o número de fluxos sobre o território. Como resultado, tem-se uma acentuada especialização das tarefas no território que, por sua vez, formam as complementaridades regionais.

Em consequência, essas complementaridades fazem com que se criem novas necessidades de circulação. Desta forma, tem-se uma especialização territorial que se torna ainda mais complexa quanto maior for o número de produtos e a diversidade da produção nos diferentes lugares (SANTOS, 1994).

É dessa maneira que Ferreira (2008) propõe repensar os pressupostos metodológicos vigentes do estudo da produção socioespacial, ampliando o caminho para uma perspectiva dialética, cuja principal atribuição está em atentar-se para as imprecisões, as rupturas, as continuidades e períodos de transição, bem como suas dissimetrias. Esta medida rompe com a preocupação demasiada com o equilíbrio e as coerências.

Pelo exposto, pensar em hierarquização é pensar nos elementos que tornam as cidades diferentes umas das outras. Assim, muito mais do que a organização das cidades pela estrutura de lugares centrais, ou mesmo da identificação dos seus fixos e dos fluxos a eles vinculados, concebem-se as cidades como o local privilegiado para o processo de acumulação do capital. Portanto, a configuração espacial da rede de cidades reflete a lógica desigual do processo de crescimento econômico sob o modo de produção capitalista.

No estado da Bahia, a forma desigual com que o capital circula pela rede de cidades é emblemática desse processo de crescimento econômico. Poucas cidades concentram a quase totalidade dos recursos gerados no estado, cuja lógica capitalista tem forte tendência a intensificar tais diferenciações, devido às barreiras de localização que impedem os investimentos em regiões com vantagens competitivas reduzidas (PORTO, 2003).

É dessa maneira que se dá a formação de uma rede urbana hierarquizada, articulando a capacidade de um determinado centro em concentrar maior fluxo e irradiar seus resultados para outras cidades, o qual se manifesta pela diminuição dos custos de circulação (PORTO, 2003). Portanto, há uma maior proximidade entre as unidades de produção, as unidades de comércio e os consumidores.

A cidade de Vitória da Conquista parece ser esse centro funcional que articula o processo de acumulação do capital no espaço, na medida em que capitaneia o processo de circulação das riquezas geradas em sua área de influência. Por outras palavras, devido à multiplicidade dos fixos situados em sua sede, o município recebe a maior parte dos fluxos econômicos de sua rede urbana.

Nesta mesma medida, o adensamento de capitais externos – isto é, de fora da região – à rede de cidades articuladas ao seu redor possui uma forte possibilidade de serem recepcionados, primeiramente, por Vitória da Conquista, em face da capacidade que esta tem

de concentrar esses fluxos e irradiá-los para outros locais, como também, pela natureza do capital em buscar vantagens competitivas de localização.

Com o fenômeno da globalização, a partir dos anos 1970, Balanco, Pinto e Busato (2006) sugerem que há agora uma totalidade desigual, da qual se apresentam uma hierarquia entre as nações que traduz relações de domínio, originárias do movimento dialético da acumulação espacial do capital.

Esta diferenciação manifesta-se também nos pequenos *locus* de acumulação capitalista, como, por exemplo, a cidade de Vitória da Conquista que acumula riquezas em seu interior, participando do processo produtivo preponderantemente pela esfera da circulação das mercadorias, em especial pelos serviços por ela ofertados, em que pese o comércio, os serviços de saúde e a educação superior.

Portanto, estes parecem ser os critérios de análise do processo de desenvolvimento desigual entre as cidades do TIVC, compreendendo que a formação da rede urbana daí decorrente constitui-se na conformação do espaço pelo qual o capital percorre. Com isto, buscou-se discutir como o processo de acumulação do capital em sua dimensão espacial possibilitou a constituição de Vitória da Conquista como Capital Regional.

Gusmão (2009), por exemplo, faz importante menção ao papel desempenhado pela oferta de ensino superior neste município. A autora baseia-se na “compreensão de que o processo promovido pela oferta de cursos de graduação presenciais poderia ser o eixo para a análise regional e/ou para o estudo das redes geográficas dela decorrentes”.

A oferta de ensino superior na cidade de Vitória da Conquista promove uma intensa movimentação socioeconômica e espacial, não só na cidade, mas em toda a sua região (GUSMÃO, 2009). De acordo com Lopes (2010), isso faz com que esta cidade exerça uma ação ‘polarizadora’ na região em que está inserida⁶.

Desta forma, Vitória da Conquista exerce seu espaço de polarização pela concentração de atividades que geram interações com seu entorno e a longas distâncias. Sua importância na rede urbana regional é manifestada por sua capacidade em ofertar bens e serviços. Pelo exposto, nota-se o papel que ela representa em seu contexto regional, “exercendo uma centralidade em praticamente todos os setores e polarizando uma vasta área territorial” (SAMPAIO e GUSMÃO, 2010, p. 05).

⁶ O conceito de polo remete-se à teoria da indústria. No entanto, o conceito se tornou vulgar, de modo que a noção de polarização aqui mencionada confunde-se com a ideia de centralização, conforme a associação de Lopes (2001).

Nessa perspectiva, a cidade de Vitória da Conquista, em relação à região que ocupa, parece reproduzir, em menor escala, o que acontece a nível estadual e nacional, no que se refere ao crescimento econômico espacialmente concentrado. De fato, o município desponta pelas funções que desempenha na rede de cidades da Bahia e pela hierarquização de um número significativo de cidades, como discutido no próximo capítulo.

2.4.1 A região de influência de Vitória da Conquista

Outro fator interessante para a compreensão da função desempenhada por Vitória da Conquista na rede de cidades a que está vinculada, é a quantidade de municípios que possuem alguma ligação com esta cidade. Com base nas informações do IBGE, Vitória da Conquista possui uma área de influência que abarca 97 municípios, situados especialmente na região sudoeste do estado da Bahia e norte de Minas Gerais (IBGE, 2008).

Além disso, a cidade participa com 14,53% da população residente nesses municípios. Sua densidade demográfica é de 96,19 hab./km², enquanto o seu PIB, para o ano de 2005, foi de R\$ 1,8 bilhão, perfazendo quase 25% do produto de toda a sua área de influência (IBGE, 2008). Reconhece-se também a quantidade de centros subordinados à função de gestão do território desempenhada pela cidade, tais como Guanambi (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Brumado (BA), Itapetinga (BA), Poções (BA), Pedra Azul (MG), dentre outros.

Deve-se ressaltar que o município continua recebendo os principais fixos do território. São inúmeras as empresas varejistas de capital externo que fixaram filiais na cidade nos últimos quinze anos, como a *Walmart*, o *Shopping Conquista Sul*, *Carrefour*, *Cencosud* etc, que são grandes redes varejistas.

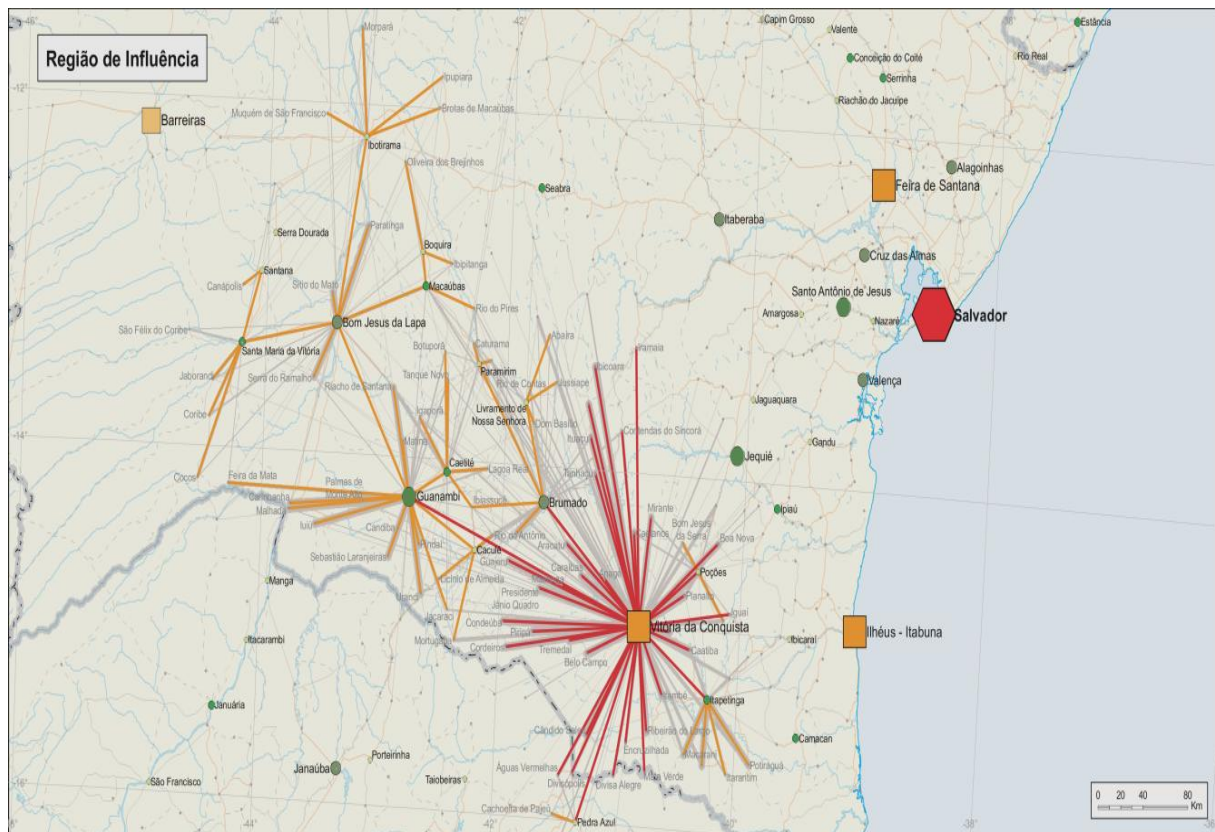
Do ponto de vista dos fixos educacionais, Vitória da Conquista se destaca pela existência de algumas instituições públicas e privadas de ensino superior, que interferem de maneira decisiva na dinâmica cultural e econômica de sua região (SEI, 2012). Ressalta-se, a criação, em 1969, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, hoje a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Com três *campi* universitários⁷, somente o campus de Vitória da Conquista conta com 21 cursos de graduação, além de programas de pós-graduação a nível de mestrado, reunindo em torno de 8 mil estudantes e 900 professores (SEI, 2012).

⁷ A UESB possui campus em Jequié (BA), Itapetinga (BA) e a própria Vitória da Conquista.

Do mesmo modo, o governo federal instalou nesta cidade um campus universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2006, que hoje possui diversos cursos de graduação e alguns programas de pós-graduação na área de saúde (SEI, 2012). Cita-se, também, o Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET), que reforça a centralidade de Vitória da Conquista.

Conforme se observa na Figura 7, as linhas em vermelho expressam a área de influência com a qual Vitória da Conquista possui vínculos diretos. O peso que a cidade possui nesse território se evidencia ainda mais quando observada a contribuição que o valor adicionado do setor de serviços tem sobre todo o valor adicionado gerado nessa área (36,43%).

Figura 7 - Região de Influência de Vitória da Conquista no ano de 2007



Fonte: IBGE (2008, s/p).

Por todo o exposto, de acordo com a SEI (2012, p. 202),

Vitória da Conquista constitui a principal centralidade urbana da hierarquia regional, perfazendo um total de 300 mil habitantes, o que faz dela a terceira maior cidade do estado e um de seus principais centros de negócios. Sua projeção econômica tende a colocá-la como permanente foco de atração de pessoas oriundas de outras municipalidades, em busca de acesso ao intenso comércio da cidade ou à melhor oferta de serviços em saúde e educação.

Todos estes elementos intensificaram o processo de acumulação em direção à cidade de Vitória da Conquista, que sob a ótica do Produto Interno Bruto (PIB), para o ano de 2009, ocupa a 6ª posição no estado, em muito promovida pela participação dos serviços no valor agregado.

Dessa forma, retomando as questões suscitadas no início deste tópico, muito mais do que o exercício de um lugar central ou da presença dos fixos e dos fluxos, a organização da rede urbana se constitui no espaço privilegiado para o processo de acumulação. Nesse sentido, argumenta-se que a riqueza gerada dentro do TIVC é, antes de tudo, a riqueza da cidade de Vitória da Conquista, na medida em que sua participação no processo de acumulação do capital tem como papel preponderante a apropriação da excedente econômico pela esfera da circulação das mercadorias em seu território.

3 CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais fixos que compõem o Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC), acompanhado de seus respectivos fluxos, com base na pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Busca-se, com isto, assinalar algumas questões empíricas a respeito do objeto desse estudo, de maneira a identificar a configuração espacial do TIVC, percebendo as condições que demonstram o despontamento de Vitória da Conquista como Capital Regional.

3.1 A REGIC e o Território de Identidade de Vitória da Conquista

Conforme assinalado no primeiro capítulo, a REGIC teve por mérito o delineamento de áreas de influência dos centros urbanos brasileiros, elucidando alguns aspectos da articulação das redes no território, cujos resultados permitiram definir a hierarquia das cidades. Assim, o seu banco de dados possui uma diversidade de informações que permite uma variedade muito grande de análises. Por isto, a abordagem dos diversos temas pode ser feita de diferentes formas e em várias escalas do território nacional (IBGE, 2008).

Todavia, as informações coletadas pela REGIC, por serem de ordem secundária, possuem certa defasagem, o que indica possíveis alterações no quadro apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os municípios do Território de Identidade, do que se pode verificar atualmente.

Por estas razões, as informações publicadas pela SEI, para o ano de 2010, permitiram a comparação de algumas das informações levantadas pela REGIC, em 2007, com o verificado em um período mais recente. Logo, a temporalidade assinalada para a análise do TIVC neste trabalho abarca dados que vão desde o ano de 2004 até o ano de 2010.

Dessa maneira, selecionaram-se os ‘fixos’ por sua localização dentro do TIVC, mas os fluxos, originados a partir destes, extrapolaram os limites territoriais. Portanto, embora a análise tenha se centrado nos fluxos internos, foi possível e necessária a sua expansão, de modo que foram os fixos a delimitarem o recorte espacial.

Fica exposto que a principal base de dados utilizada neste trabalho consistiu nas informações apresentadas pelo IBGE, oriundas da REGIC. O IBGE aplicou um questionário aos funcionários de suas agências locais que atuam nos municípios, em que, “de um universo de 5.564 municípios vigentes em 2007, foram pesquisados 4.625, dos quais cerca de 85% têm menos de 20.000 habitantes” (IBGE, 2008, s/p).

Quanto aos fluxos, a REGIC investigou as ligações entre os municípios por meio de questionário próprio, estruturado da seguinte maneira:

O questionário preenchido pela Rede de Agências do IBGE em fins de 2007 investigou: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários). Nota-se que tais informações não foram quantificadas, e que o informante é o próprio agente do IBGE, que, por realizar pesquisas regulares e percorrer o território, tem conhecimento de sua área de jurisdição e acesso a fontes locais para confirmar as informações solicitadas (IBGE, 2008, s/p).

Os passos adotados para a análise do TIVC levam em conta os equipamentos e serviços presentes nas cidades que o compõem. Nesta pesquisa, estes aspectos foram delineados pelos seguintes elementos: a) comércio e serviços; b) instituições financeiras; c) ensino superior; d) saúde; e, e) órgãos públicos. Além disso, investigaram-se as principais ligações entre os municípios do TIVC, ocasionadas em razão desses fixos.

A investigação destes itens teve por mérito qualificar melhor a centralidade desempenhada por Vitória da Conquista (BA) em seu território de identidade, bem como averiguar de que forma as outras cidades contribuem no fornecimento desses serviços, participando do processo interno de acumulação do capital por meio da apropriação dos fluxos econômicos, ou em outros termos, da circulação de mercadorias.

3.2 Configuração espacial do Território de Identidade de Vitória da Conquista

3.2.1 Comércio e serviços

A caracterização da oferta de comércio e serviços no país teve como fonte de dados o Cadastro Central das Empresas (CEMPRE), do IBGE, para o ano de 2004, em que se extraiu o número total de classes de atividades comerciais e de serviços, conforme indicado pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0), para cada município do Brasil. Assim, baseou-se na premissa de que, quanto maior o número de classes de atividades presentes, maior a diversidade de oferta dessas atividades e, portanto, maior a centralidade exercida pela cidade (IBGE, 2008).

Dessa forma, o IBGE calculou o percentual da diversidade de comércio e serviços nos municípios. Para tanto, usou como base a quantidade de classes encontradas nas

localidades pelo número máximo de classes definidas pela CNAE 1.0, que perfaz um total de 231 classes.

Conforme se pode verificar na Tabela 1, a cidade de Vitória da Conquista, que apresentou 177 classes diferentes de comércio e serviços, possui um percentual de 76,96% de diversidade, sendo o maior valor encontrado para o TIVC. Os municípios de Poções e Cândido Sales apresentaram um percentual de diversidade de 32,17% e 21,74%, respectivamente. Enquanto isto, municípios como Bom Jesus da Serra, Caraíbas e Maetinga apresentaram uma diversidade que oscilava apenas entre 5,65% e 6,09%, com a quantidade de classes de comércio e serviços que não passavam de 14.

Tabela 1 - Número de classes, percentual da diversidade e nível de centralidade do comércio e serviços nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, para o ano de 2007

Municípios	Número de classes	Percentual da diversidade	Nível de centralidade
Anagé	32	13,91	6
Aracatu	33	14,35	6
Barra do Choça	45	19,57	6
Belo Campo	28	12,17	6
Bom Jesus da Serra	13	5,65	6
Caetanos	18	7,83	6
Cândido Sales	50	21,74	6
Caraíbas	13	5,65	6
Condeúba	41	17,83	6
Cordeiros	23	10,00	6
Encruzilhada	37	16,09	6
Guajeru	16	6,96	6
Jacaraci	23	10,00	6
Licínio de Almeida	37	16,09	6
Maetinga	14	6,09	6
Mirante	16	6,96	6
Mortugaba	32	13,91	6
Piripá	29	12,61	6
Planalto	42	18,26	6
Poções	74	32,17	5
Presidente Jânio Quadros	18	7,83	6
Ribeirão do Largo	15	6,52	6
Tremedal	27	11,74	6
Vitória da Conquista	177	76,96	3

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Em seguida, estabeleceu-se uma tipologia para a distribuição espacial dos setores no território, que representa o nível de centralidade desempenhado pelo município. Considerou-se os valores entre 1 e 6 para a definição da centralidade, nos quais o valor 1 representa o nível máximo de centralidade verificado, enquanto o valor 6 seria um nível muito baixo. A esse respeito, Vitória da Conquista apresentou o nível 3 de centralidade, considerado intermediário, enquanto Poções apresentou o nível 5. Todos os demais municípios do TIVC foram classificados no nível 6.

Observa-se que Vitória da Conquista tem um papel concentrador na economia do TIVC, pois o número de classes de atividades ali presentes é bem superior aos demais municípios da região. Este fato denota também a seletividade espacial do comércio e serviços no Brasil, que tendem a concentrar-se nos centros mais elevados da hierarquia urbana. Isto porque as áreas mais densamente ocupadas têm uma demanda muito maior de serviços de transporte, comunicação, atividades imobiliárias, educação, saúde, entre outros. Já o comércio, embora possua uma seletividade espacial menor, tende a agregar-se em áreas cuja demanda por produtos seja mais elevada (IBGE, 2008).

Para uma melhor ideia desses níveis de centralidade, a Tabela 2 compara o comportamento dos setores de comércio e serviços em Vitória da Conquista com outros municípios do país. Apresentam-se algumas cidades que desempenham nível de centralidade semelhante ao de Vitória da Conquista, com funções hierárquicas similares em suas regiões, e, também, as metrópoles Salvador e São Paulo, a fim de se apresentar como o comércio e serviços se estruturam em lugares com funções hierárquicas superiores.

Conforme se observa, verificou-se um comportamento padrão entre as cidades denominadas como Capitais Regionais. O percentual da diversidade de comércio e serviços oscilava entre 69,13%, em Caruaru (PE), e 80,87%, na Área de Concentração de População⁸ (ACP) de Campina Grande (PB). As ACPs de Feira de Santana e de Itabuna-Ilhéus, na Bahia, também possuem estrutura parecida, com percentuais de diversidade maiores que o de Vitória da Conquista (79,57% e 80,43%, respectivamente). Denota-se, também, que assim como Vitória da Conquista, o nível de centralidade de comércio e de serviços nestas Capitais Regionais é intermediária, variando entre 3 e 4.

⁸ O IBGE definiu as cidades que constituíam grandes aglomerações urbanas como Área de Concentração de População (ACP), tomando-as como unidades de análise. Em alguns casos, utilizou-se as suas subáreas. Caracterizam-se as ACPs “pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo” (IBGE, 2008, s/p).

Tabela 2 - Comparação do número de classes, percentual da diversidade e nível de centralidade de comércio e serviços de Vitória da Conquista com outros municípios do Brasil, para o ano de 2007

Municípios	Classificação	Nº de classes	Diversidade (%)	Nível de centralidade
Vitória da Conquista (BA)	Cap. Reg. B	177	76,96	3
Mossoró (RN)	Cap. Reg. C	171	74,35	4
ACP Campina Grande (PB)	Cap. Reg. B	186	80,87	3
Caruaru (PE)	Cap. Reg. C	159	69,13	4
ACP Petrolina-Juazeiro (PE-BA)	Cap. Reg. C	180	78,26	3
ACP Feira de Santana (BA)	Cap. Reg. B	183	79,57	3
ACP Ilhéus - Itabuna (BA)	Cap. Reg. B	185	80,43	3
ACP Salvador (BA)	Metrópole	217	94,35	2
Sub-ACP São Paulo (SP1)	G.M. Nacional	227	98,70	1

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Quanto a São Paulo (Grande Metrópole Nacional) e Salvador (Metrópole), revela-se o padrão de diversidade das cidades classificadas com níveis elevados ou muito elevados de centralidade. A Sub-ACP de São Paulo apresenta o maior nível de centralidade verificado no país, com um percentual de diversidade de comércio e serviços de 98,70%, o que corresponde a 227 classes das 231 possíveis em 2007. Quanto a ACP de Salvador, o nível de centralidade corresponde ao das demais metrópoles do país, de onde se ressalta a influência que ela exerce sobre os municípios da Bahia, inclusive os do TIVC.

Assim, confirma-se a proposição de que há uma seletividade dos investimentos no espaço, no qual as variações dos níveis de renda, dos salários, da dinâmica econômica, das políticas locais e regionais e infraestrutura fazem dos locais mais ou menos atrativos e vantajosos, para a oferta de comércio e serviços (IBGE, 2008).

3.2.2 Instituições financeiras

Em relação à oferta de serviços bancários na rede urbana brasileira, a REGIC utilizou as informações do Banco Central do Brasil (BCB), em que analisou os valores agregados por município, o número de agências e os saldos dos estabelecimentos bancários, cuja data de referência foi 31 de dezembro de 2004. Para tanto, considerou-se as instituições de âmbito nacional que estivessem presentes em pelo menos 20 unidades da federação⁹.

⁹ De acordo com o IBGE, estavam em 8 o número de instituições financeiras de atuação nacional em 2007, sendo elas: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú, Banco Rural, Unibanco e ABN AMRO Real (IBGE, 2008).

Para a classificação hierárquica dos municípios com base nesse indicador, considerou-se: a) o número de instituições por município (independente do número de agências); b) a presença de uma ou mais instituições de atuação nacional; c) o volume do ativo, com base no saldo dos estabelecimentos bancários e acrescido das aplicações interfinanceiras de liquidez, de títulos e valores mobiliários e operações de crédito; e, por fim, d) o percentual do volume do ativo no total da unidade da federação (IBGE, 2008).

Os dados da Tabela 3 expressam os resultados para os municípios do TIVC em 2004. Conforme observado, os municípios de Bom Jesus da Serra, Caetanos, Maetinga, Mirante e Ribeirão do Largo, não são mencionados na tabela, caracterizando-se por não disporem de agências bancárias em suas sedes. Este fato remete à necessidade da população desses municípios deslocarem-se a outras cidades a fim de terem acesso aos serviços bancários¹⁰.

Tabela 3 - Oferta de serviços bancários e classes de hierarquia de bancos nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, para o ano de 2004

Municípios	Nº de bancos	Nº de bancos de atuação nacional	Volume de ativos (R\$1.000,00)	Classes de hierarquia
Anagé	1	1	3.099	8
Aracatu	1	1	62	8
Barra do Choça	1	1	215	8
Belo Campo	1	1	1.562	8
Cândido Sales	1	1	3.188	8
Condeúba	2	2	4.311	8
Cordeiros	1	1	133	8
Encruzilhada	1	1	425	8
Jacaraci	1	1	3.188	8
Licínio de Almeida	1	1	3.211	8
Mortugaba	1	1	1.410	8
Piripá	1	1	66	8
Planalto	1	1	1.548	8
Poções	3	3	16.495	7
Pres. Jânio Quadros	1	1	120	8
Tremedal	1	1	713	8
Vitória da Conquista	8	6	173.279	5

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

No âmbito do TIVC, Vitória da Conquista destaca-se por concentrar 81,18% do total do volume de ativos (R\$ 173.279 mil reais), possuindo 8 agências, das quais 6 eram de âmbito nacional. Em seguida, tem-se a cidade de Poções, com 7,70% do volume de ativos,

¹⁰ Deve-se salientar que o surgimento da figura do Banco Postal, que opera através das agências dos Correios, desde o ano de 2002, tem contribuído para minimizar esta relação. Através do Banco Postal, é possível abrir contas, obter empréstimos e cartões de crédito, além de efetuar pagamento de títulos.

com 3 agências de âmbito nacional; e, logo depois, Condeúba, que detinha apenas 2,02% do volume de ativos e 2 agências de âmbito nacional. As demais cidades possuíam apenas 01 agência, seja do Banco do Brasil S/A ou do Bradesco S/A.

Esse traço revela a concentração das atividades bancárias onde haja uma relativa dinâmica econômica, maiores níveis de renda e densidade demográfica (IBGE, 2008), que é o caso de Vitória da Conquista. Verifica-se isto pela definição das classes de hierarquia dos bancos, feita pelo IBGE, em que esta cidade aparece com nível 5, Poções tem nível 7 e as demais cidades apresentam nível 8, cuja escala varia entre 1 para o nível máximo e 8 para o menor nível. No país, apenas a Sub-ACP de São Paulo possui nível 1, com 405 bancos e um volume de ativos de 92,8% do que é gerado em seu estado (IBGE, 2008).

Para fins de atualização das informações do IBGE, buscou-se, junto a SEI, identificar o número de agências bancárias por município do TIVC, no ano de 2010, conforme apresentado na Tabela 4. Este levantamento teve por mérito comparar o comportamento da oferta de serviços bancários nesse período. Ressalta-se que as informações da SEI também consideraram a presença do Banco do Nordeste em Vitória da Conquista, e algumas agências de menor porte, como o Banco Mercantil do Brasil, não apontados na REGIC.

Tabela 4 - Agências bancárias por município e dependência administrativa nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, para o ano de 2010

Município	Federal		Privada	
	Qtde agências	Qtde bandeiras	Qtde agências	Qtde bandeiras
Anagé	1	1	1	1
Barra do Choça	1	1	-	-
Belo Campo	1	1	-	-
Cândido Sales	1	1	-	-
Condeúba	1	1	1	1
Encruzilhada	-	-	1	1
Jacaraci	1	1	-	-
Licínio de Almeida	1	1	-	-
Mortugaba	1	1	-	-
Planalto	1	1	-	-
Poções	2	2	1	1
Presidente Jânio Quadros	-	-	1	1
Tremedal	1	1	-	-
Vitória da Conquista	8	3	10	6

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI (2011)

Conforme se pode observar, os municípios de Aracatu e Piripá não apresentaram resultados para o ano de 2010, no levantamento da SEI. Verifica-se também que Anagé

aumentou o número de agências bancárias com a presença de mais um banco do setor privado. Quanto a Vitória da Conquista, destaca-se a quantidade de agências apresentadas para o ano de 2010 (18 agências), além de ter aumentado o número de bancos, com 9 no total, o que denota o crescimento do volume de transações realizadas na cidade.

3.2.3 Ensino superior

Para a análise da educação no nível de graduação, com base no Censo da Educação Superior, de 2004, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o critério de centralidade baseou-se no número de alunos atendidos pelos cursos presenciais, o número de grandes áreas abrangidas pelos cursos oferecidos e o número de tipos de cursos existentes (IBGE, 2008). Assim, estabeleceram-se seis níveis de centralidade com critério de classificação semelhante aos apresentados anteriormente, sendo a classe 1 para o maior nível de centralidade até a classe 6 para o menor nível.

No que se refere à pós-graduação, o estudo da oferta desse serviço se baseou nos dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A centralidade exercida por esse indicador consiste na “capacidade de um centro atrair alunos e profissionais do ensino” (IBGE, 2008, s/p). O IBGE a estabeleceu pela comparação dos dados de total de cursos, número de Grandes Áreas do Conhecimento e o conceito que estes cursos recebem da CAPES.

Conforme apresentado na Tabela 5, as questões concernentes à educação superior no TIVC só obtiveram resultados para o município de Vitória da Conquista, que exerce uma espécie de polarização das demais cidades de seu entorno. Para o ano de 2004, foram encontrados 22 cursos presenciais de graduação em Vitória da Conquista, atendendo a um total de 6.322 estudantes.

Tabela 5 - Número de tipos de cursos, grandes áreas de conhecimento e total de matrículas na graduação, nível de centralidade da graduação e da pós-graduação do município de Vitória da Conquista, para o ano de 2004

Município	Tipos de cursos de graduação	Grandes áreas de conhecimento	Total de matrículas na graduação	Nível de centralidade de graduação	Nível de centralidade de pós-graduação
Vitória da Conquista	22	8	6.322	5	6

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

O nível de centralidade apresentado por Vitória da Conquista para o curso de graduação e de pós-graduação é de 5 e 6, respectivamente, o que é considerado um nível baixo, para os padrões nacionais. Todavia, por ter sido a única cidade do TIVC a apresentar resultados, o município desponta-se como um importante fornecedor deste serviço na região.

A Tabela 6 permite ampliar a percepção sobre a oferta de ensino superior no município de Vitória da Conquista, pois oferece o número de inscritos no vestibular, a quantidade de vagas disponíveis e a quantidade de matrículas efetuadas para o ano de 2008, com base em informações divulgadas pela SEI.

Tabela 6 - Número de candidatos ao vestibular, número de vagas ofertadas e quantidade de matrículas efetuadas no ensino superior em Vitória da Conquista, no ano de 2008

Município	Inscritos (Und)	Vagas (Und)	Matrícula (Und)	Conclusão (Und)
Vitória da Conquista	13.930	3.425	9.612	905

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI (2011).

Em nível nacional, o IBGE (2008, s/p) relata que, no ano de 2004, “a oferta de cursos presenciais de graduação era encontrada em 1.261 centros, atendendo a um total de 4.167.733 alunos matriculados em 18.644 cursos distribuídos em nove Grandes Áreas do Conhecimento”, compreendendo um sistema de instituições de ensino superior públicas (federais, estaduais, municipais) e privadas (particulares e comunitárias, confessionais ou filantrópicas).

3.2.4 Saúde

A investigação dos serviços de saúde pelo IBGE considerou duas dimensões: a) o nível de complexidade do atendimento disponível em cada cidade; e, b) o tamanho do setor, dado pelo volume do atendimento realizado. Para a primeira dimensão, utilizaram-se os dados da pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS), realizada em 2005, pelo próprio instituto. Para a segunda dimensão, utilizaram-se o número de internações hospitalares financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2005, em cada município (IBGE, 2008).

A REGIC definiu cinco classes para o primeiro indicador, baseada no tipo de equipamentos e especialidades ofertadas pelos estabelecimentos de saúde, conforme informado à AMS 2005. O indicador de nível de complexidade considerou os tipos de equipamentos e as especialidades nos estabelecimentos. Assim, analisaram-se a frequência de

distribuição de dez equipamentos em condições de uso pelos municípios, tais como os equipamentos de ressonância magnética, hemodiálise, circulação extracorpórea, entre outros. Os critérios para classificação das cidades segundo as especialidades disponíveis nos estabelecimentos de saúde ali situados foram semelhantes a este.

A combinação das duas classificações, formando 6 níveis de complexidade, buscou evitar a possibilidade de ter equipamento disponível sem a presença dos profissionais necessários para sua operação, ou de existir o atendimento em determinada especialidade, sem que seja registrada como a principal atividade do estabelecimento (IBGE, 2008).

A última etapa da classificação considerou o número de internações hospitalares financiadas pelo SUS em 2005, em que se pesquisaram as cidades responsáveis por pelo menos 0,01% das internações ocorridas no país, num total de 1.345 municípios, também divididos em 6 classes.

Desse modo, a definição dos níveis de centralidade dos municípios se complementa como uma junção desses dois indicadores. Para o nível 1, definiram-se as cidades com oferta de serviços de saúde de maior complexidade e maior número de internações; até o nível 6, que apresenta menores níveis de complexidade e, em números absolutos, menor quantidade de internações.

Os dados da Tabela 7 demonstram esta classificação para alguns dos municípios do TIVC. Observa-se que os níveis de complexidade e o volume de internação correspondem ao nível de centralidade da saúde de cada localidade.

Tabela 7 - Complexidade do atendimento em saúde, volume de internação e centralidade da saúde dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, em 2007

Município	Classe de complexidade de atendimento em saúde	Classe de volume de internação	Nível de centralidade
Barra do Choça	5	6	6
Bom Jesus da Serra	6	6	6
Cândido Sales	5	6	6
Encruzilhada	5	6	6
Planalto	6	6	6
Poções	4	6	6
Tremedal	5	6	6
Vitória da Conquista	3	4	4

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Com exceção de Vitória da Conquista, que possui nível 4 de centralidade, os demais municípios apresentaram pouca especialização na oferta de serviços de saúde (nível 6), o que

corresponde a cidades de menor porte e complexidade. O nível 4 para Vitória da Conquista se caracteriza por ser um centro de porte médio, mas que predomina condições de atendimento de mais alta complexidade (IBGE, 2008).

Segundo a REGIC, existe um padrão de interiorização da oferta de serviços médico-hospitalares no país, em que os “serviços de uso mais frequente estão disponíveis em praticamente todo o território nacional”, cuja maior parte dos pacientes (cerca de 80%) internou-se em centros distantes a menos de 60 km de suas residências (IBGE, 2008, s/p).

Para maior ilustração, os dados da SEI, contidos na Tabela 8, apresentam a distribuição dos estabelecimentos conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo sua dependência administrativa, bem como a quantidade de leitos disponíveis nos municípios do TIVC, em 2010.

Tabela 8 - Quantidade de hospitais conveniados com o SUS, segundo sua dependência administrativa, e quantidade de leitos disponíveis nos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, no ano de 2010

Município	Estadual	Municipal	Particular	Qtde. de leitos
Anagé	-	1	-	30
Aracatu	-	1	-	19
Barra do Choça	-	1	-	33
Belo Campo	-	1	-	60
Bom Jesus da Serra	-	1	-	19
Cândido Sales	-	1	-	55
Condeúba	-	1	-	37
Cordeiros	-	1	-	15
Encruzilhada	-	1	-	49
Jacaraci	-	1	-	29
Licínio de Almeida	-	1	-	20
Mortugaba	-	1	-	24
Planalto	-	1	-	59
Poções	-	-	1	74
Tremedal	-	1	-	19
Vitória da Conquista	2	2	13	931

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI (2011).

De acordo com as informações da SEI, verifica-se que apenas 16 municípios do TIVC possuem hospitais, dos quais, apenas o hospital de Poções não é mantido pelo município. Vitória da Conquista é a única cidade a dispor de hospitais estaduais, que atendem a população de seu município e de toda a região. Além disso, a rede de hospitais particulares em Vitória da Conquista oferta uma variedade muito grande de serviços de saúde.

A quantidade de leitos disponíveis também indica a capacidade que o município tem de atender a demanda por esses serviços. O número de leitos existentes em Vitória da Conquista, por exemplo, é superior ao total de leitos em todos os demais municípios do TIVC em seu conjunto (542 leitos). Registra-se ainda que, entre os 931 leitos existentes em Vitória da Conquista, no ano de 2010, 696 estavam disponíveis para o SUS.

3.2.5 Órgãos públicos

A REGIC também considerou a disposição da oferta de alguns órgãos públicos federais, cujo mérito esteve em identificar os centros que desempenham a função de gestão do território. Deve-se salientar que não foram selecionados os órgãos públicos estaduais devido à diferenciação de critérios de localização existentes entre as unidades da federação, dificultando possíveis comparações (IBGE, 2008).

Para a definição de uma hierarquia urbana com base na gestão do território, o IBGE verificou a presença dos seguintes órgãos públicos: o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Secretaria da Receita Federal (SRF) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), vinculados ao poder executivo, distinguindo os níveis operacionais e de coordenação de cada um. Quanto ao poder judiciário, considerou-se a distribuição da Justiça Federal Comum, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral, no território. Além disso, o IBGE também considerou a localização das sedes de órgãos da administração indireta, tais quais as agências de desenvolvimento e de regulação (ANVISA, ANA, ADA, ADENE).

Portanto, a seleção dos locais em que se instalaram os órgãos públicos não se deu somente pelas características da atividade que cada um desempenha, mas também pela possibilidade de acesso da população ao serviço, que é, de fato, o indicador de algum grau de centralidade. Desta forma, o processo de hierarquização entre os centros baseou-se no nível da unidade de maior hierarquia entre os órgãos investigados (IBGE, 2008).

A REGIC apontou para a existência de 906 centros de gestão do território no país. Para a classificação dos níveis de gestão desses centros, o IBGE levou em consideração o cruzamento das informações entre os órgãos do poder executivo e do poder judiciário. Assim, 414 centros pertenciam ao último nível, em que, “mesmo não tendo papel de gestão relevante, têm centralidade ligada ao atendimento que prestam à população” (IBGE, 2008, s/p).

Entre os municípios do TIVC, somente o município de Vitória da Conquista apresentou resultados, com nível 5 de centralidade. De acordo com o IBGE (2008), este nível caracteriza-se por possuir, em 2007, gerências dos órgãos administrativos e a 1ª Instância da

Justiça Federal Comum. A escala apresentada pelo IBGE considera 8 níveis de centralidade, em que Brasília (DF) desponta como principal centro de gestão, por ser a sede da direção nacional dos principais órgãos administrativos.

3.3 Principais ligações entre os municípios

Após a definição dos níveis de centralidade dos municípios do TIVC, analisam-se, agora, as ligações estabelecidas entre as cidades, que correspondem aos fluxos que percorrem o território. A REGIC realizou o levantamento dessas ligações entre os centros a fim de revelar a área de influência que estes exercem, segundo temas específicos. Assim, percebe-se a configuração do território pelos dados obtidos por meio do questionário aplicado pelo IBGE e que permitiram traçar distintas redes de interação no espaço (IBGE, 2008).

Interessam a este trabalho as ligações de transportes rodoviários e os relacionamentos que os municípios estabelecem entre si para efetuar compras, fazerem cursos de graduação e pós-graduação e acesso ao atendimento de saúde. Desta forma, buscou-se revelar a maneira pela qual a estrutura da oferta dos fixos espaciais investigada no tópico anterior conforma uma rede de cidades em torno dos fluxos que se estabelecem entre estas.

3.3.1 Transportes

Para o uso do transporte público, o IBGE investigou as principais ligações estabelecidas entre os municípios. Estipularam-se até quatro centros¹¹ como destino dos moradores, ordenados por critério de importância e de frequência das viagens. A Tabela 9 mostra o número de vezes em que os municípios do TIVC foram citados como destino de viagens, expressos pelo número de relacionamentos. Observa-se que 52 centros apontaram Vitória da Conquista como município de destino dos moradores. A cidade de Poções, por sua vez, foi indicada por 12 municípios; enquanto Planalto teve 4 indicações e Jacaraci e Mortugaba, tiveram 1 indicação cada uma.

Para este critério, registraram-se também as viagens que possuíam apenas paradas nos municípios, de forma a se considerar todas as possibilidades de deslocamento. O resultado da REGIC apontou para a conjugação de fluxos de extensões curta, média e longa, que variam de acordo o nível da opção no questionário (entre 1 e 4). Na Bahia, por exemplo, existe um fluxo longo de caráter interestadual, com destino a Brasília (IBGE, 2008).

¹¹ No questionário do IBGE, indicaram-se a capital estadual e os três centros de gestão mais próximos, com dois campos extras, caso faltasse algum município no rol disponibilizado (IBGE, 2008, s/p).

Tabela 9 - Número de relacionamentos dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, expressos pelo destino das viagens, no ano de 2007

Município	Número de relacionamentos do questionário para transporte
Jacaraci	1
Mortugaba	1
Planalto	4
Poções	12
Vitória da Conquista	52

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Podem-se verificar estes fluxos entre os municípios do TIVC com direção a Vitória da Conquista através da Tabela 10, em que, no âmbito geral, percebe-se um relativo adensamento da malha desses municípios, cujo movimento demonstra a centralidade exercida por Vitória da Conquista.

Tabela 10- Número de viagens diárias e tempo gasto pelos moradores dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista com destino para Vitória da Conquista, no ano de 2007

Município	Número de viagens	Minutos	Horas
Anagé	4	-	1
Aracatu	15	10	1
Barra do Choça	4	30	-
Belo Campo	2	-	1
Bom Jesus da Serra	1	50	1
Caetanos	2	30	2
Cândido Sales	8	30	1
Caraíbas	2	-	2
Cordeiros	2	-	3
Jacaraci	1	-	4
Mirante	3	15	2
Piripá	2	20	1
Planalto	35	-	1
Poções	35	20	1
Presidente Jânio Quadros	2	30	2
Ribeirão do Largo	2	-	2
Tremedal	2	30	1

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Nesse quesito, destaca-se o número de viagens feitas pelos moradores dos municípios de Planalto e Poções, com 35 deslocamentos cada um. Em contrapartida, os municípios como Jacaraci e Cordeiros, cujo tempo gasto na viagem é de 4 e 3 horas,

respectivamente, têm seu número de deslocamentos reduzidos para 1 e 2 por dia, ressaltando a influência que a distância pode exercer na intensidade do relacionamento entre os centros.

Alguns municípios não apresentaram resultados, evidenciando uma possível relação menos forte com Vitória da Conquista. A cidade de Mortugaba, por exemplo, apresentou as cidades de Jacaraci, Urandi (MG) e Monte Azul (MG), como os principais destinos de seus moradores em viagens diárias. Já Guajeru apresentou Brumado (BA) como destino, explicado pela proximidade entre estas localidades. Em contrapartida, os municípios de Condeúba e Encruzilhada apontaram Salvador (BA) como principal cidade de destino de seus moradores.

3.3.2 *Compras, Educação e Saúde*

A REGIC também investigou para quais municípios os moradores do local se dirigiam para efetuar compras. Este registro foi realizado mesmo que houvesse a oferta dos produtos na própria cidade. Verificou-se que, em se tratando do comércio varejista, a população se predispõe a viajar somente pequenas distâncias a fim de suprir suas necessidades cotidianas. Dessa forma, a rede de interações pelo quesito de compras, revelada pelo IBGE, tinha, em média, um deslocamento de até 48 km (IBGE, 2008).

Outra rede refere-se ao deslocamento para participação em cursos de ensino superior. Neste caso, questionaram-se, em ordem de frequência, quais os municípios para onde os moradores se dirigiam, “recomendando-se que se registrassem os locais de destino, mesmo se houvesse curso superior no próprio município investigado” (IBGE, 2008, s/p).

A primeira opção de destino foi caracterizada por fluxos de curta extensão nos lugares onde a rede urbana é mais adensada, como o caso da Região Sudeste do país. Entretanto, destacam-se a ocorrência de fluxos longos, direcionados às capitais estaduais, onde é mais comum a ausência de cidades médias e a ocorrência de cidades com menor dinamismo, o que se verifica em muitos estados do Norte e Nordeste (IBGE, 2008).

O IBGE também identificou os municípios para os quais os moradores do local se dirigiam, em ordem de frequência, para obterem serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, realização de exames e internações). O padrão de deslocamentos configurou fluxos relativamente curtos, referente aos serviços de saúde de uso mais frequente (IBGE, 2008). A Tabela 11 demonstra o número de relacionamentos dos municípios do TIVC, expresso pela quantidade de citações do centro como principal destino para obterem serviços de saúde. Nota-se, portanto, o papel desempenhado pela cidade de Vitória da Conquista, que neste quesito atende pelo menos 70 outros municípios.

Tabela 11 - Número de relacionamentos de saúde dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista, no ano de 2007

Municípios	Número de relacionamentos do questionário para saúde
Bom Jesus da Serra	1
Encruzilhada	1
Poções	7
Vitória da Conquista	70

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Já no que se referem àqueles três principais indicadores (compras, ensino superior e saúde), os dados contidos na Tabela 12 sintetizam os resultados para os municípios do TIVC, indicando a ordem de ligação que os moradores destes municípios possuem com a cidade Vitória da Conquista.

Tabela 12 - Frequência de relacionamento dos municípios com destino para Vitória da Conquista (BA), em relação às compras, ensino superior e saúde, no ano de 2007

Nome	Compras	Cursos	Saúde
	ligações de ordem 1 a 4	ligações de ordem 1 a 4	ligações de ordem 1 a 4
Anagé	1	1	1
Barra do Choça	1	1	1
Belo Campo	1	1	1
Boa Nova	1	1	1
Bom Jesus da Serra	2	2	1
Caatiba	1	2	1
Caetanos	1	2	1
Cândido Sales	1	1	1
Caraíbas	1	1	1
Condeúba	1	1	1
Cordeiros	1	1	1
Encruzilhada	1	1	-
Guajeru	1	1	1
Jacaraci	4	3	2
Maetinga	1	1	1
Mirante	1	1	1
Mortugaba	2	1	3
Piripá	1	1	1
Planalto	1	1	1
Poções	1	1	1
Presidente Jânio Quadros	1	1	1
Ribeirão do Largo	1	1	1
Tremedal	1	1	1

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

Conforme se pode observar, Vitória da Conquista aparece como o principal centro urbano de destino para a maioria dos municípios do TIVC, em cada um dos critérios considerados. Com exceção de casos como o de Jacaraci, que apresentou a cidade de Caetité (BA), como principal cidade de destino para compras e participação em cursos de ensino superior, e a cidade de Guanambi para serviços de saúde. Neste caso, Vitória da Conquista aparece como opção secundária, o que se justifica, especialmente, pela distância entre os municípios.

Além disso, deve-se destacar o papel secundário que o município de Poções exerce na configuração espacial das cidades do território, uma vez que a sua cidade desponta como um centro menor de destino para alguns municípios em seu entorno.

Deve-se destacar que a pesquisa do IBGE também considerou critérios como lazer e utilização de aeroportos, dentre outros, como fatores de ligação entre os municípios, mas que não foram considerados para esta pesquisa, uma vez que não se investigou a presença de fixos que representem estes critérios. No entanto, os dados da REGIC também apontam para a centralidade que a cidade de Vitória da Conquista exerce na região, tanto como fornecedora de serviços de lazer, quanto pela localização de um aeroporto em sua sede.

CONSIDERAÇÕES

Esta monografia foi elaborada com o objetivo de investigar, como situação concreta, a forma pela qual o processo de acumulação do capital molda o espaço no Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC). Ou, de outro modo, investigou-se a estrutura espacial que qualifica a cidade de Vitória da Conquista em sua interação com os municípios vizinhos, cujo período estipulado correspondeu à base de dados do IBGE para a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), entre os anos de 2004 a 2007, acrescido das informações investigadas junto à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para o ano de 2010.

A problemática se deu em torno da constituição de Vitória da Conquista como Capital Regional, hierarquizando um número de cidades muito maior do que os 24 municípios do TIVC, demonstrando que toda definição *a priori* do espaço é arbitrária. Logo, partiu-se do pressuposto de que as cidades são locais privilegiados da acumulação capitalista, discutindo o processo de acumulação do capital na formação e diferenciação das cidades e de sua constituição em redes urbanas hierarquizadas.

Para tanto, adotou-se como hipótese de trabalho que o TIVC tem na cidade de Vitória da Conquista a conformação do processo de acumulação de riquezas em seu interior, onde a indução do Estado, bem como os elementos espaciais que a compõem (localização, oferta de serviços etc.), interfere na configuração espacial do território.

Com base, primeiramente, na revisão bibliográfica, formou-se um quadro analítico que expunha o processo de formação da rede urbana e da hierarquia entre as cidades, tendo como categoria de análise os fixos e os fluxos econômicos, e de uma formulação teórica que explicasse de maneira mais ou menos sistematizada o fenômeno, representado inicialmente pela Teoria dos Lugares Centrais.

Além disso, na parte empírica, utilizou-se o banco de dados e as notas metodológicas sugeridas pela REGIC, de modo a identificar os elementos fixos e os fluxos econômicos que compõem o TIVC. Este procedimento revelou que estas cidades estão organizadas de forma hierárquica, formando uma rede urbana, onde Vitória da Conquista exerce a centralidade sobre as cidades de sua região, estabelecendo relações que ultrapassam em muito o seu território de identidade, pelo menos no que se refere aos critérios analisados nesta pesquisa, que foram, comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, órgãos públicos e o principal destino dos moradores das cidades.

Logo, no esforço de se realizar um estudo bem estruturado dessas questões, em vez de se partir de leis gerais sobre o desenvolvimento desigual, partiu-se de uma situação concreta da diferenciação entre os lugares. Este pareceu ser o critério mais adequado para compreensão da formação espacial do TIVC e da rede de cidades a qual este se insere.

Sob esta perspectiva, evidenciou-se o processo de crescimento econômico espacialmente concentrado em sua cidade maior, Vitória da Conquista. Disto, entende-se haver uma lógica que determina a disposição espacial dos recursos e o processo de circulação das riquezas internamente, isto é, existem critérios que definem a localização daqueles fixos e dos seus respectivos fluxos no espaço, conforme investigado no terceiro capítulo.

Percebeu-se que Vitória da Conquista reproduz, em menor escala, o processo verificado em nível estadual e nacional de crescimento econômico espacialmente concentrado. Ela torna-se, portanto, fundamental para o crescimento ou, contraditoriamente, para perpetuação da situação de pobreza de suas cidades vizinhas.

Por todo o exposto, a centralidade exercida por Vitória da Conquista não se verifica somente pelo critério da lei da oferta e da procura e nem conforma uma situação de equilíbrio dos serviços ofertados em sua área de influência. Ela é antes o resultado histórico da dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista, resultando em uma profunda relação de desigualdade com as cidades ao seu redor; contudo, ela também é o resultado dos investimentos públicos e do exercício do poder estatal que, por diversos motivos, tem privilegiado a esta cidade na inserção dos fixos públicos e atração de capitais externos ao seu interior.

Esta consideração também se aplica sobre a lógica que determina a localização dos fixos no território. Aqui, reforça-se a premissa de que os fixos tendem sempre a se instalar em seu local hierárquico de maior dinamismo. Isto se reflete na perpetuação e intensificação das desigualdades entre Vitória da Conquista e o seu território de identidade. Por esta razão, afirma-se que esta cidade protagoniza o processo de acumulação do capital em sua região. Ou seja, em sua lógica, as riquezas tendem a se acumular em porções muito pequenas do território.

Ressalta-se que, no caso de Vitória da Conquista, o processo de acumulação não se dá pela geração e apropriação da mais valia, no sentido clássico do pensamento marxista, mas, preponderantemente, pelo processo de circulação das riquezas no território, cujos fluxos econômicos são apropriados pelos agentes econômicos. Reconhece-se, portanto, que a compreensão do espaço deva também considerar a forma como este se relaciona com o modo de produção capitalista.

Assim, compreendem-se as cidades como um espaço econômico privilegiado do processo de acumulação, que se organiza de maneira hierárquica, cuja hierarquização pode se perceber pela formação de redes urbanas, através da ordenação dos fixos e dos seus fluxos econômicos. A teoria dos lugares centrais revelou-se uma importante explanação teórica acerca do fenômeno da hierarquização, embora tenha se demonstrado insuficiente para a situação concreta de casos como o do Brasil, que possui uma estrutura pouco homogênea na distribuição da ordem e tamanho de suas cidades.

A REGIC se constitui em um tipo de aplicação desse levantamento de redes hierarquizadas de cidades, e demonstrou-se uma importante base de dados e ferramenta metodológica para a parte empírica desta pesquisa. Do ponto de vista teórico, seu principal mérito está em considerar a organização das cidades não só como lugares centrais, com áreas de influência variáveis, mas, também, como elos em uma teia de cidades, organizadas em redes com dimensões regionais, nacionais e mundiais.

Desta maneira, conclui-se que a forma como o capital circula por entre os territórios cria mecanismos de hierarquização, onde determinadas cidades se destacam pela capacidade de concentrar um maior fluxo de riquezas e de irradiar estes resultados para outras cidades. Esta condição, no entanto, também sofre a interferência do Estado na disposição dos fixos públicos e na situação concreta de cada lugar, conforme as suas especificidades. Por esta razão, cada cidade ou região, possui lógicas diferentes do processo de acumulação e circulação das riquezas, e, portanto, requerem políticas específicas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. 109p.
- BAHIA. **Plano Plurianual 2008/2011**. Salvador; SEPLAN-BA, 2007.
- BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo C.; BUSATO, M. Isabel. Acumulação do capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras. **Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia**. Salvador, v. 3, n. 30, p. 9-35, 186p., SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73)
- BERRY, Brian. Cidades como Sistemas dentro de Sistemas de Cidades. In: **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1978. 247p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo, Ática: 1991.
- _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006. 336p.
- DI LAURO, Aluziane et al. Territórios de Identidade: uma análise teórica e metodológica no Estado da Bahia. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevidéo, Uruguai, 2009. **Anais...** Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info>. Acesso em: 05 jul 2010. (Index 2063)
- ESPÍNOLA, Andréa Máximo. **Configuração espacial e hierarquia urbana: rede de cidades do Paraná**, 2003. 111f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FAISSOL, Espiridião (org.). Introdução. **In: Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE: 1978. 247p.
- FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Um presente especial**. Vitória da Conquista quero te conhecer, v 2. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2007. 96p.
- FERREIRA, Sandra Cristina. Urbanização e rede urbana brasileira: orientação teórica e metodológica preliminar. In: SIMPGEO - UNESP, Rio Claro-SP, 2008. **Anais...** Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/535-548sandra.pdf. Acesso em: 17 dez. 2010.
- FREITAS, Nacelice Barbosa. Entrevista. In: Universidade Estadual de Feira de Santana. **Revista mais geografia's**. Feira de Santana, n.1, p. 41–44, maio/nov., UEFS, 2008.
- GUSMÃO, Adriana David Ferreira. **Espaço regional e ensino superior em Vitória da Conquista - Ba**, 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2009.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências) 252p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2007**. IBGE, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>> Acesso em: 12 jul. 2011. 201p.

_____. **Censos demográficos do Brasil, 2000**. IBGE, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> Acesso em: 26 set. 2012.

LIPIETZ, Alain, **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1988. 209p.

LOPES, António Simões. **Desenvolvimento regional**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 406p.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade e economias de aglomeração: as dimensões econômicas e espaciais geradas pelo consumo de serviços de ensino superior em Vitória da Conquista, 2010**.

MANCE, André Euclides. **Fluxos econômicos em redes solidárias**. Curitiba, 2002. Disponível em: www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/fluxos.pdf. Acesso em: 03 de dez. 2010.

MARX, Karl. Introdução [à crítica da economia política]. *In: Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas)

_____. **O capital**. Livro II. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. (1848). In: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.) et al. **O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

OLIVEIRA, Waldelio Almeida de. A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no Estado da Bahia: uma análise descritiva. *In: Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador, v. 3, n. 30, p. 127-40, 186p., SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73)

PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e Território na Bahia**. Salvador, SEI/BA, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 61) 111p.

ROCHA, Flavia Amaral; Urânia Teixeira, AMARAL. Dinâmica Populacional do Território de Identidade de Vitória da Conquista. *In: VIII Encontro Baiano de Geografia, 2011, Vitória da Conquista (BA). Questões Epistemológicas: a prática social da geografia atual, sua relevância e contribuição para a Bahia contemporânea. Anais...* Vitória da Conquista, 2011.

RUIZ, Ricardo Machado. **Análise territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão**. [2006?]. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/27839/LCBRSR174RicardoMachado%20Ruiz.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SAMPAIO, Andreckska Viana Oliveira; GUSMÃO, Adriana David Ferreira. Mobilidade do trabalho e produção do espaço nas Cidades Médias. *In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, 2010.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Best-Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. (Estudos Urbanos, v. 5)

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, Sylvio C.B. de M.; SILVA, Barbara-Christine. Desequilíbrios regionais e municipais no estado da Bahia. *In: Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador, v. 3, n. 30, p. 95-111, 186p., SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73)

SILVEIRA, Márcio R. **Sistemas de movimento, fluxos econômicos e interações espaciais no território paulista**. Ourinhos-SP, 2009. Disponível em: www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/.../silveira. Acesso em: 03 de dez. 2010.

SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **Políticas territoriais do estado da Bahia**: regionalização e planejamento. 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia**: um breve histórico. Salvador, SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 56).

_____. **Sistema de dados estatísticos (SIDE)**. SEI, Salvador, 2011. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp> Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **Panorama cultural da Bahia**; Secretaria da Cultura. – Salvador, SEI, 2012. (Série estudos e pesquisas, 92).

ANEXO

Relação dos principais centros urbanos do país, de acordo com a classificação da REGIC, realizada no ano de 2007. Destaca-se a área de influência desses centros urbanos, dado pela quantidade de municípios que possuem algum vínculo direto com a cidade.

Nome da cidade	Área de Influência	Classificação
São Paulo (SP)	1085	Grande Metrópole Nacional
Rio de Janeiro (RJ)	264	Metrópole Nacional
Brasília (DF)	298	Metrópole Nacional
Manaus (AM)	72	Metrópole
Belém (PA)	161	Metrópole
Fortaleza (CE)	786	Metrópole
Recife (PE)	666	Metrópole
Salvador (BA)	486	Metrópole
Belo Horizonte (MG)	698	Metrópole
Curitiba (PR)	666	Metrópole
Porto Alegre (RS)	733	Metrópole
Goiânia (GO)	363	Metrópole
São Luís (MA)	202	Capital Regional A
Teresina (PI)	271	Capital Regional A
Natal (RN)	165	Capital Regional A
João Pessoa (PB)	212	Capital Regional A
Maceió (AL)	93	Capital Regional A
Aracaju (SE)	93	Capital Regional A
Vitória (ES)	84	Capital Regional A
Campinas (SP)	66	Capital Regional A
Florianópolis (SC)	268	Capital Regional A
Campo Grande (MS)	83	Capital Regional A
Cuiabá	141	Capital Regional A
Porto Velho (RO)	84	Capital Regional B
Palmas (TO)	153	Capital Regional B
Campina Grande (PB)	160	Capital Regional B

Feira de Santana (BA)	47	Capital Regional B
Ilhéus-Itabuna(BA)	53	Capital Regional B
Vitória da Conquista (BA)	97	Capital Regional B
Juiz de Fora (MG)	106	Capital Regional B
Montes Claros (MG)	88	Capital Regional B
Uberlândia (MG)	49	Capital Regional B
Ribeirão Preto (SP)	71	Capital Regional B
São José do Rio Preto (SP)	146	Capital Regional B
Cascavel (PR)	85	Capital Regional B
Londrina (PR)	89	Capital Regional B
Maringá (PR)	90	Capital Regional B
Blumenau (SC)	49	Capital Regional B
Chapecó (SC)	98	Capital Regional B
Joinville (SC)	23	Capital Regional B
Caxias do Sul (RS)	46	Capital Regional B
Passo Fundo (RS)	1321	Capital Regional B
Santa Maria (RS)	40	Capital Regional B